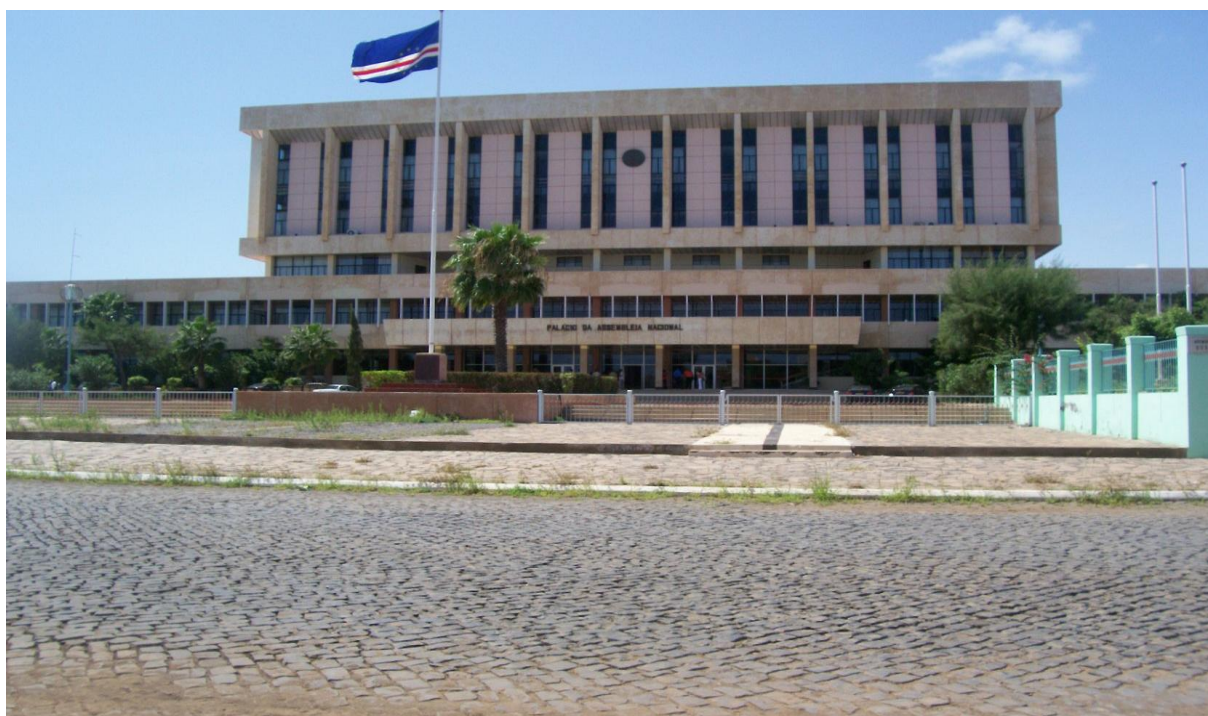




**INSTITUTO SUPERIOR DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DE EDUCAÇÃO**

**JÚLIO ANTÓNIO RODRIGUES SILVA**

**TEMA  
REPUBLICANISMO CÍVICO NA GOVERNAÇÃO EM CABO VERDE**



**LICENCIATURA EM ENSINO DE FILOSOFIA  
ISE, 2006**

**JÚLIO ANTÓNIO RODRIGUES SILVA**

**REPUBLICANISMO CÍVICO NA GOVERNAÇÃO EM CABO VERDE**

Trabalho Científico apresentado no ISE para obtenção do grau de Licenciatura em ensino de filosofia, sob orientação do Mestre José Manuel de Pina Delgado

Praia, 2006

**JÚLIO ANTÓNIO RODRIGUES SILVA**

**REPUBLICANISMO CÍVICO NA GOVERNAÇÃO EM CABO VERDE**

Monografia elaborado por **Júlio António Rodrigues Silva** e aprovado pelos membros do júri, foi homologado pelo Concelho Científico e Pedagógico, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia

O Júri

---

Presidente

---

Arguente

---

Orientador

Instituto Superior de Educação, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ do ano de 2006

### Dedicatória

Este trabalho é dedicado à minha mãe, que Deus a tenha, que desde a primeira hora sofreu, batalhou incansavelmente para me apoiar nesta árdua caminhada.

## Agradecimentos

Agradeço a todos os meus professores do ISE, pelos apoios concedidos e um especial agradecimento ao professor José Manuel Avelino de Pina Delgado por me ter orientado de forma incansável e muito inteligente na pesquisa e na execução deste trabalho.

## ÍNDICE

Introdução .....	5
------------------	---

### **CAP. I**

#### **O ESTADO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO**

1 – O Estado democrático .....	8
2 - A constituição política republicana.....	21
3– O papel da educação na consolidação e estabilidade democrática .....	27

### **CAP. II**

#### **A LIBERDADE REPUBLICANA**

1 – A liberdade humana .....	30
2 – A liberdade como ideal político .....	35
3 – A liberdade negativa/positiva .....	37
3 – A liberdade como não dominação .....	40

### **CAP. III**

#### **DIREITOS E DEVERES**

1 – À igualdade .....	45
3 – Ao exercício da cidadania .....	49
Conclusão.....	52
Bibliografia .....	55

## INTRODUÇÃO

O sistema político republicano surgiu na antiguidade clássica grega e romana com as guerras de conquistas que puseram fim às aristocracias e as monarquias absolutas. Teve o seu apogeu com Nicolau Maquiavel em Itália no período do humanismo renascentista, e logo depois, espalhou-se por toda a Europa. No século XVIII, com o advento do iluminismo francês, o republicanismo passou a ser um tema muito trabalhado principalmente pelos Americanos, Ingleses e Espanhóis. O sistema republicano nos nossos dias é um dos mais importantes e é considerado por muitos como o melhor sistema político.

O sistema republicano teve o seu início formal em Cabo Verde, ao 19 de Dezembro de 1974, através de um acordo assinado em Lisboa no mesmo ano entre o PAIGC e o governo de transição português, promulgado pelo Decreto n.º 754/74. O objectivo é criar um governo também de transição, que prepararia um recenseamento eleitoral para a eleição de uma assembleia com poderes constituintes e soberana, ficando assim declarada num prazo de três meses a independência do Estado de Cabo Verde.

A partir de 5 de Julho do ano de 1975, Cabo Verde foi considerado teoricamente, como um país livre e independente, isto é, uma República. Com essa proclamação, Cabo Verde passa a ser um país Democrático e Republicano? Os dirigentes passaram a seguir os princípios fundamentais da Democracia e do Republicanismo?

O país recém independente, cuja transição foi apoiada e concertada principalmente pelos países do Leste Europeu, herdou um legado autoritário do colonialismo europeu, assim se instalou um regime monopartidário e ditatorial. O regime político cabo-verdiano permitiu que o governo nos primeiros anos promovesse a democracia, a virtude cívica, a independência e a separação de poderes? Como eram tomadas as decisões políticas no primeiro governo após a independência nacional? Havia liberdade como não dominação e participação política? Não havia uma constituição propriamente dita, o país foi orientado por um documento (lei de organização política do Estado), designado Lei de Organização Política do Estado (LOPE), criado com o objectivo de vigorar por três meses, mas acabou por persistir durante cinco anos, isto é, até Setembro de 1980, ano da aprovação da primeira constituição nacional.

Nessa Constituição, em termos teóricos, consagrou-se o direito à liberdade, à democracia e à participação democrática. Nos regimes ditatoriais, repressivos e sem liberdade política pode-se atingir os objectivos consagrados pela Democracia republicana? A Democracia é o governo do povo, é a participação política e respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Nos regimes democráticos e constitucionais é indispensável a promoção do direito à liberdade, à cidadania e respeitar as leis constitucionais.

É necessário que nos regimes ditos democráticos, os instrumentos legais criados sejam escrupulosamente cumpridos pelos responsáveis políticos.

No ano de 1991 houve mudança de regime mono partidário para pluripartidário. Esse acontecimento trouxe algo de novo para a sociedade e para o país? O novo regime permitiu que houvesse alterações em termos constitucionais, melhoria na prática governativa. Contudo, o processo democrático progrediu muito lentamente. Em termos teóricos e formais, o país tem uma das mais modernas constituições da República a nível mundial que é de extrema importância nos regimes Democráticos e Republicanos, embora com lacunas que vieram a ser detectadas e posteriormente colmatadas através de propostas de lei. A nova constituição cabo-verdiana estabelece a separação e independência de poderes dos órgãos de soberania? Consagra a direito à liberdade e aos demais direitos civis e políticos?

A nossa constituição actual, estabelece que as decisões políticas sejam tomadas a nível parlamentar por via de diálogo e negociação entre as diferentes forças políticas ali representadas independentemente dos princípios político partidários ou por autorização desta. Actualmente, a nível legal, aprovou-se a lei n.º 85/VI/ 2005, B.O n.º 52/12/2006 que responsabiliza judicialmente os responsáveis políticos ou equiparados pelas infracções cometidas relacionadas com o desempenho do cargo que ocupam.

Essa tomada de posição tem a ver com a mudança de comportamento que é o resultado de um processo educativo. Por conseguinte, a educação sempre teve um papel importante na mudança de comportamento (da sociedade civil, dos patrões e da classe política). Toda a evolução registada a todos os níveis é graças a um processo contínuo e progressivo a nível educativo. Nos regimes Democráticos e Republicanos a ausência e limitação excessiva da liberdade, condiciona profundamente a acção humana, o desenvolvimento político, socio-económico e põe em perigo o próprio regime. A liberdade é uma das principais reivindicações e lutas para a emancipação e independência dos povos e pode ser negativa ou positiva. Actualmente questiona-se sobre a necessidade ou não da interferência e da dominação e quando exercê-la. Mas qual é a concepção republicana da liberdade? Qual é o objectivo da liberdade republicana? Quais são os principais impulsionadores dessa corrente de pensamento? O Estado deve interferir em toda a esfera de liberdade de um cidadão? A questão da liberdade, de direitos e deveres nos regimes políticos Democráticos e Republicanos é regulada e delimitada pela Constituição e pelas demais leis da República.



A liberdade como não dominação salvaguardada por uma constituição Democrática e Republicana, pressupõe liberdade igual sem restrição e interferência arbitrária por parte de outrem. Para além do direito à liberdade, quais são os demais direitos mais importantes do referido regime político? Para que haja liberdade como não dominação e se promova a democracia é necessário que as instituições políticas respeitem e promovam o desfrute dos demais direitos como: o da igualdade, ao exercício da cidadania e a justiça como promotor dos demais direitos. Qual é a importância dos direitos e deveres dos Estado e dos cidadãos? Esses princípios são pressupostos para a moralidade dos cidadãos, visam a promoção da cidadania, o bem-estar e a equidade social.

O exercício da cidadania é um direito consagrado na Constituição cabo-verdiana, mas é necessário que os cidadãos tenham a consciência das suas acções para que ela seja mais frutífera e contribua para o desenvolvimento e promoção da sociedade. Mas, será que a consagração desses direitos na Constituição é o suficiente? O mais importante do que a existência dessa lei em si, é a promoção e o cumprimento desses direitos.

A cidadania, a justiça e a Democracia Republicana estão dependentes do principal objectivo do republicanismo cívico que é a defesa da liberdade como não dominação, liberdade como estatuto social salvo de interferências arbitrárias e incitar a cultura da virtude para o bem da boa convivência entre os cidadãos e entre o Estado e os cidadãos.

Pretende-se ainda com este trabalho, para além de dar respostas às questões levantadas, saber: qual é o principal objectivo dos republicanos democráticos e realçar o contributo da educação para uma sã convivência social; analisar o conceito, o lugar e a importância da liberdade no pensamento republicano cívico; e, por último, analisar a importância dos direitos e deveres do Estado e dos cidadãos na promoção da cidadania de acordo com a perspectiva do republicanismo cívico.

## CAP. I – O ESTADO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO

### 1- O ESTADO DEMOCRÁTICO

O Homem como ser eminentemente social, faz-se afirmando suas escolhas livres e racionais, autónomos e conscientes entre duas ou mais opções, isto é, intencional, afirmando assim a sua condição fundamental de ser humano, diferente e superior aos outros animais.

Nenhum ser humano é suficientemente forte se não transformar a sua força em direitos e a sua obediência em deveres para com o Estado e na relação com todos os indivíduos com quem interage no seu dia a dia. Mas o que é um Estado democrático? Quais são as principais funções? Estado pode ser entendido como sendo o conjunto organizado de instituições políticas, jurídicas e administrativas da nação ou forma histórica de organização do poder na sociedade. Os Estados surgiram e evoluíram em função dos condicionalismos socio-culturais concretos e específicos que caracterizam o seu aparecimento e desenvolvimento.

O homem, um ser social e político, desde os primeiros tempos, por interesse da sua integração e convivência com o seu semelhante surge o primeiro poder político ainda difuso. A democracia, surge, penso eu, quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo e as magistraturas, e esses cargos são na maior parte, tiradas à sorte.<sup>1</sup> Mas para *Hobbes e Locke*, ele resulta de um pacto entre os cidadãos que evitam a guerra de todos contra todos e a preservação da vida e da propriedade. A primeira é semelhante a forma primitiva da democracia cabo-verdiana, pois, a princípio, as pessoas não eram livres para expressar ou fazer o que quisessem.

Democracia é o governo de todos, gozando todos e cada um de um mesmo estatuto de igualdade, liberdade e direitos iguais, embora em situações diferentes. Os Estados dito Democráticos, podem ser pluralistas (existência de vários partidos políticos) o que é mais vulgar nos Estados Democráticos contemporâneos, mas podem ser também um Estado revolucionário, isto é não cívico e democráticos constituído por uma única força política como nos Estados recém independentes à semelhança do que aconteceu em Cabo verde. Nesses Estados, devido à possibilidade de usurpação por parte daqueles que detêm o poder, exige-se uma permanente e rigorosa vigilância por parte dos governados. Diz Philip Pettit: «se os governantes não forem submetidos a controlo algum por parte de seus distritos comitantes e nem responsabilizados perder-se-a mesmo a ideia da liberdade e pode eleger os próprios

---

<sup>1</sup> PLATÃO. *A República*. Lisboa. 9ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. 2001 .p 383 – 557 c

representantes. Não será senão um poder reservado a uns poucos, de eleger em determinada ocasião a um corpo de amos para os mesmos e para o resto da comunidade».<sup>2</sup> Democracia como princípio fundamental do sistema político popular, assenta no império da lei e no princípio da separação de poderes. Através da separação e independência de poderes entre legislativo, executivo, e judicial pode-se considerar que é um Estado de liberdade e do primado do direito. Estado de Direito Democrático consiste sobretudo na existência de um sistema político fundamentado no princípio em que a autoridade emana do povo e exercida por ele ao investir o poder de soberano através dos sufrágios universais livres e no princípio da distribuição equitativa do poder que se baseia na salvaguarda da liberdade como não dominação. É um sistema político que garante e promove igualdade perante a lei em todas as circunstâncias, o direito justo para todos, a liberdade de pensamento, de expressão e de associação. Esses Estados Democráticos são próprios dos Estados Republicanos.

O sistema político dos Estados Democráticos e Republicanos preocupa e privilegia a análise dos fundamentos da vida pública dos indivíduos e analisa os procedimentos e medidas para a sua melhoria segundo padrões de igualdade e justiça social que são pressupostos básicos de um regime democrático. Qual é o critério utilizado para a tomada de posições? A aposta dos regimes democráticos defendida pela maioria dos políticos é na discussão baseada em argumentos com respeito pelo direito da minoria e não em negociações entre grupos de interesse particulares e vontades arbitrárias desprovido do princípio da moralidade. Será que Hobbes defende esse ideal, porquê? Ele foi muito crítico ao sistema Democrático e Republicano, dizendo que o direito reduz necessariamente a liberdade e que o indivíduo só é livre quando o direito não se intrometer. Hobbes foi o primeiro em identificar a liberdade não como ausência de dominação, como a tradição republicana, mas como a ausência de interferência, como a ausência de coerção física ou de coerção por ameaça.<sup>5</sup> Seu objectivo é defender um Estado autoritário, defender a liberdade como não interferência, como ausência de coerção (física ou moral), legitimando as leis autoritárias do Leviathan. Contudo, em termos práticos, na maioria das vezes, o grupo maioritário tendo o poder de decisão decide, aprova e regula todos os instrumentos de gestão administrativa a seu jeito, não respeita a opinião da minoria, pondo em causa o princípio de um Estado de Direito Democrático, desvalorizando deste modo a legitimidade e os direitos dos cidadãos.

---

<sup>2</sup> –PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*. Barcelona. Piados Ibérica 1997. p 49

<sup>5</sup> Idem p. 64

A visão e a tradição dos republicanos são a preservação da virtude cívica, das normas sociais e tem como suporte as leis e as instituições orientadas a promover a liberdade como não dominação. A democracia republicana requer que a tomada de decisões de interesse público seja disputado publicamente com a sociedade e que essa decisão adopte um determinado perfil democrático e vinculada a escolha feita pela própria sociedade civil. Logo, pode-se considerar que um governo é democrático quando representa uma forma de poder controlado pelo povo (auto-governo) que tanto individual ou colectivamente usufrui de igual e permanente possibilidade de desfrutar as decisões do governo e que sobretudo haja respeito pelas minorias. O Estado Republicano, segundo *Jorge Miranda* postulam os seguintes princípios: 1) Configuração de todos os cargos políticos e não políticos em termos de um estatuto jurídico, traduzido em situações funcionais e não em direito subjectivo “stricto senso” ou muito menos em privilégios. 2) A temporalidade de todos os cargos políticos do Estado, electivos e não selectivos. 3) Proibição quer de cargos vitalícios, ou de cargos de duração indeterminado. 4) Duração curta de cargos políticos. 5) A limitação da designação para novos mandatos ou número de mandatos que a mesma pessoa pode exercer sucessivamente devendo entender-se a renovação assim propiciada como um meio de prevenir a personalização e o abuso de poder como uma via para abrir as respectivas magistraturas ao maior número de cidadãos. 6) Após o exercício dos cargos a não conservação ou não atribuição aos antigos titulares de direitos não conferidos aos cidadãos em geral (privilégios).<sup>4</sup> Esses são os princípios que norteiam um regime Democrático e Republicano, inclusive o nosso país, excepto o ponto “5” respeitante aos poderes dos responsáveis políticos dos poderes locais porque ainda não está regulamentado na nossa legislação.

Touraine defende que devemos aceitar que haja democracia sem cidadania e que não haja cidadania sem acordo, não apenas no que toca aos procedimentos e as instituições, mas também no que diz respeito aos conteúdos. Questiona-se: como ligar o universal e o particular? Através da discussão e da argumentação, que permite reconhecer no outro o que é mais autêntico e o que está ligado a um valor moral, a uma norma social e universalista. Esse processo de respeito e de escuta do outro surge como um fundamento mais sólido da democracia.<sup>5</sup>

No entender de *J. A. Pereira Monteiro*, a democracia pode dividir-se em três espécies:

<sup>4</sup> MIRANDA, Jorge. *Ciência política – Formas de governo*. Lisboa. Edição Artes Gráficas. 1996. Pp.166/167

<sup>5</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Lisboa. Edição J. Piaget. 1992 pp. 398/399

a) aquela em que os poderes distribuem em relação com os bens até uma certa e pequena quantidade, quando os trabalhadores e outras de pequena fortuna são admitidas e o governo caminha ao sabor da lei; b) quando reconhece direito de sufrágio nas eleições que se realizam e as leis são respeitadas; c) aquela que admite no governo toda a pessoa livre e não está sujeito a concorrência perigosa de um grande número de pretendentes e a lei é necessariamente respeitada e baseia-se na igualdade absoluta, coloca poder ao nível dos ricos mas com os mesmos direitos.<sup>6</sup> Essas três formas apresentadas são possíveis em democracia. Todas elas respeitam o princípio da igualdade e do direito, porque tem como base o princípio da legalidade, isto é o respeito da lei que é uma lei baseada nos princípios democráticos. Isto permite-nos ver que a democracia é um sistema aberto não só em termos de pensamento e de acções práticas mas também o nível do funcionamento do sistema institucional. O que importa numa sociedade democrática é a acção ser legal, respeitando os direitos dos outros e ser acima de tudo responsável. Se a alma da democracia consiste como alguns pensam, na liberdade, sendo todos iguais, neste aspecto devem ter a mesma participação nas vantagens cívicas e especialmente nos lugares importantes; e como o povo manda pelo número e o que agrada a maioria torna-se lei, tal estado deve necessariamente ser popular.<sup>7</sup> Mas, o povo só usufrui da verdadeira liberdade de acordo com a tradição republicana se essa for a liberdade como não dominação como a existente em Cabo Verde, em que as pessoas agem livremente dentro dos limites constitucionais. Existe alguma relação entre a democracia e a república? Evidentemente. Elas são dependentes entre si muitas vezes porque onde as leis não têm força não poderá haver república mesmo que apenas no aspecto formal. Regime republicano não é mais do que um Estado em que todas as suas acções devem ser reguladas pela lei que podem ser promotoras da democracia, os magistrados por sua vez, devem funcionar de forma independente ao poder executivo e legislativo, e os governantes são democraticamente eleitos.

A democracia republicana para além de ter como objectivo promover a liberdade como não dominação e satisfazer o bem-estar social, obedece certos princípios básicos como sejam: toma decisões com base na discussão disputadas, negociadas e no princípio da vontade da maioria, sem constrangimento, baseando-se no princípio de direito e da igualdade formal para todos os cidadãos; representar a todos e não a parte da população; ter um parlamento funcional e representativo da vontade popular; as decisões tomadas devem estar baseadas no

---

<sup>6</sup> MONTEIRO, J.A Pereira. *Poder e Obediência-Uma Teoria do consentimento*. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior da ciência. 2003 P61

<sup>7</sup> ARISTÓTELES. *Tratado da Política*. Mira -Sintra. Edição Europa América.1977.p94

princípio constitucional (de liberdade, igualdade e justiça social) donde imanam as demais leis que regulam a acção do Estado. Ter tribunais independentes dos demais poderes (legislativo, executivo e presidencial); existência de uma oposição política com representação parlamentar que fiscalize, critique e apresente propostas de programa alternativo de governação. Esses princípios não se verificavam na prática por parte dos responsáveis políticos na governação cabo-verdiana na primeira década após a independência nacional. Na verdade as decisões devem adoptar determinado perfil democrático, representar uma forma de poder controlado pelo povo na medida em que o mesmo individual ou colectivo, desfrute da permanente possibilidade de disputar as decisões do governo. Na Democracia há uma base potencial de disputa e uma voz que vem da disputa e informa das conclusões chegadas. As decisões tomadas com base nos debates e na negociação, tendo em consideração os diferentes grupos de interesse, são benéficas para o povo e para a própria democracia. Para Pettit, a base de negociação para a disputa é que a decisão pública não se corresponde com o trato cerrado pelos grupos relevantes de interesse, ou que exige uma concessão que algum grupo de interesse, ou um grupo não representado na toma da decisão. Deve-se preferir a forma de debate.<sup>8</sup> Essa posição de Pettit é no sentido de defender que nada deve ser dominada e que a toma das decisões públicas relevantes para a vida das populações devem ter um formato caracteristicamente neutral e não tendencioso, beneficiando grupos de opiniões ou de interesse algum.

A Democracia Republicana assenta no princípio de que os cidadãos são livres e esclarecidos para serem civicamente responsáveis. Para *Monteiro*, a democracia permite que o império da lei seja recolhido da vontade popular de conformidade com critérios e métodos não aprioristicamente definidos, visando a uma relação de causa e efeito. Um sistema normativo que responda aos interesses e a vontade da maioria é a característica das sociedades onde a lei é igual para todos, e a todos por igual aplicada<sup>9</sup>. O sistema democrático respeita ainda os seguintes princípios: a) sufrágio secreto e universal como forma de alcançar o poder político e protecção da liberdade de decisão do cidadão; b) Eleições periódicas em que os governantes respondem perante os governados e possam ser renovados ou substituídos; c) Todos os cidadãos têm o direito de ocupar cargos públicos; d) A regra da maioria é o instrumento principal para a tomada de decisões políticas; e) separação dos poderes públicos

---

<sup>8</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*, Barcelona. Piados Ibérica 1997 p.245

<sup>9</sup> MONTEIRO, J.A Pereira. *Poder e Obediência-Uma Teoria do consentimento*.Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior da ciência. 2003 P184

em: legislativo, executivo e judicial; f) liberdade pública de expressão, de associação, de imprensa e de pensamento; g) o Estado é um fim em si mesmo e não um meio para engrandecimento e superação do indivíduo etc. Tem ainda como objectivo principal, a luta para a formação de uma sólida consciência democrática, republicana e nacionalista que seja o fundamento da unidade nacional para que esta permita obter o desenvolvimento integral de que o país necessita.

A visão Democrática Republicana tradicional é a inspiradora das mais modernas democracias, a título de exemplo, é a visão que inspirou os Norte – americanos no século XVIII, e a que orienta uma vida política em que os cidadãos estão em igualdade de exigências e poderes, e os assuntos públicos se decidem se por deliberação da vontade comum. O próprio Quentin Skinner, defende o princípio do republicanismo tradicional. Sistema que o humanismo clássico renascentista adopta era a crença no diálogo. Para Skinner, diálogo será sempre atitude apropriada para se salvar as rivalidades das instituições sobre a aplicabilidade do termo. O republicanismo apela à virtude cívica, dá ênfase a participação pública e a compreensão de que o paradigma da política é o diálogo orientado para objectivos comuns, e difere da concepção liberal, fundada nos interesses privados. Ela só pode chegar ao bom termo quando existe possibilidade de explicitação das diferenças e do confronto de opiniões.

O Republicanismo é um sistema político, implementado apenas através de uma acção coerciva do estado de perfeição em que o governante concebe o juízo do cidadão individual acerca da vida boa. Para *Pettit*, ele é uma doutrina consequencialista que ensina o Estado e em particular as autoridades estatais a tarefa de promover a liberdade como não dominação<sup>10</sup>. O republicanismo, para além de defender a sujeição às leis e trabalhar a favor de um bem comum, responsabiliza os responsáveis na gestão administrativa de cargos públicos. Ele é elitista porque acredita que só os virtuosos e altruístas podem dirigir ou gerir a coisa pública em detrimento da defesa de seus interesses particulares e/ou privados. Os liberais também defendem a não discriminação e a participação das pessoas como instrumento de grande importância para as instituições. Segundo essa corrente, (republicana), deve-se aprovar uma lei que obrigue toda a gente a votar, como por exemplo na Austrália ou Coreia do Sul. Para *Rawls*, de acordo com o Republicanismo, certas virtudes políticas devem ser promovidas entre os cidadãos de forma a prevenir a degeneração da democracia liberal entre os Tiranos ou Fanatismos nacionalista.<sup>11</sup> A virtude ocupa uma posição fundamental na vida política e deve

<sup>10</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*, Barcelona. Piados Ibérica 1997 p270

<sup>11</sup> KIMLICKA, Will. *Contemporary Political Philosophy – An Introduction*. New York.2002. p. 299

ser aprimorada, principalmente pelos governantes de uma República justa, condição essencial para se poder eliminar o faccionismo, vencer a corrupção e instituir uma república bem ordenada. Quando uma república é dirigida de forma virtuosa e honesta, o povo é governado segundo a virtude, haverá uma ordem social serena, onde cada pessoa possa viver tranquila e pacificamente. O republicanismo cívico, de matriz aristotélico aborda dois campos: primeiro, tenta persuadir pessoas a aceitar o cargo da cidadania democrática, persuadindo-lhes que são cargos, e que essa actividade política é obrigação intrínseca e recompensa a vida de um cidadão. Após algumas reclamações acerca do valor da política participativa, aceita que muitos que dizem que é cidadão democrático devem sentir isso como um fardo porque funcionam as instituições democráticas que preserva a liberdade básica.<sup>12</sup> Esse argumento aristotélico vem restaurar o princípio da liberdade dos antigos e suas concepções acerca do valor da política participativa. Segundo esse autor, essa corrente precisa ir mais além disso e mostrar que a individual precisa ter uma política activa. O liberalismo, defende as liberdades individuais e a propriedade no âmbito da esfera privada e entende que os indivíduos devem defender-se do controlo e da intervenção estatal junto à esfera privada. Isso porque consideram que é na esfera privada que os indivíduos têm condições de alcançar o pleno desenvolvimento humano.

Sendo a participação política, acção educativa, justiça, igualdade uma virtude, questiona-se, qual é a base da virtude? Há uma variedade de aspectos da sociedade liberal, incluindo o mercado, associação cívica e a própria família como base e produto da sociedade. A virtude é um sistema educativo e as escolas têm um importante papel no sentido de transmitir as crianças (futuros cidadãos) como engajar e como proceder de uma forma moral mas com uma certa postura crítica racional e responsável. Essa acção constitui condição essencial para se alcançar esse objectivo (virtus), que foi muito defendido pelos humanistas, debruçando-se sobre uma reflexão moral e política que aconselhava e empenhava em indicar qual é a melhor educação para os que virão a exercer cargos de destaque. Essa corrente, principalmente a cívica mais radical (italianos), especialmente na Inglaterra, insistiram na necessidade de o corpo inteiro da cidadania adquirir e praticar as virtudes como uma pré-condição para se ter uma República bem ordenada.<sup>13</sup> Para *Starkey*, consiste em viver juntos, numa ordem boa e

---

<sup>12</sup> Idem p 294

<sup>13</sup> HABERMAS, Jorgen. *Direito e Democracia entre Facticidade e Validade*. Rio de Janeiro. Vol. I. Trad. Flávio Beno Siebeneichler-UGF. 1997 p. 133



Política em que cada qual se sinta disposto a fazer bem a outrem, num clima de confiança mútua com toda a virtude e humanidade.

Na opinião de *Gaspar*, o diálogo como uma actividade virtuosa, é sobretudo um instrumento central da democracia, e deve ir além das emoções. O homem negociador, esperando igual atitude da outra parte, os seus valores pessoais que dão sentido à vida e fora nos momentos de fraqueza convidam para os outros o mesmo enquadramento valorativo. As duas partes têm direitos iguais e ambos integram a sociedade negociável nos seus direitos e deveres fundamentais. A democracia exprime-se no fenómeno negocial e procura em conjunto dum acordo.<sup>14</sup> O acordo negociado é de extrema importância porque permite a criação de regras interpretativas para sua execução e afasta outras leituras de outros grupos de interesse com ideologias contraditórias, autónomas e radicais que atribui novas interpretações, distorcendo a verdade acordada. Não há uma vida política efectiva sem se considerar a negociação. A negociação supõe acertar de regras e princípios, diálogo que será o fomento da estabilidade. A negociação é um princípio ideal de valores de justiça, de igualdade, liberdade e dá à política um instrumento para a realização colectiva, exprime a vontade democraticamente decidida e faz ultrapassar o subjectivismo individual. A democracia, por conseguinte, é o único meio da justiça e que torna a política eficaz. O objectivo e elemento essencial do processo negocial são o acordo final que é a expressão formal, resultado de um processo entre as partes.

Esse princípio representa sobretudo a defesa e promoção da política, da cidadania, o ideal da liberdade como não dominação e a participação democrática. Só existe soberania popular quando há negociação por parte da sociedade organizada e genuinamente livre.

A nível de decisão colectiva, é necessário haver vozes de quem acredite na existência de preocupações e opiniões de todos os grupos significativos que possam contribuir para que elas entrem em foco de atenção dos legisladores.<sup>15</sup> Na casa parlamentar nos regimes democráticos encontram-se por direito próprio todas as vozes representativas da comunidade, legítimos representantes do povo saídos dos sufrágios directos e universais.

Para o bem da consolidação democrática republicana, os eleitos parlamentares não devem exercer funções administrativas e judiciais em lugares legíveis para que as instituições públicas possam ser promotoras dos princípios da igualdade e justiça social. É necessário que

---

<sup>14</sup> DA SILVA, Gaspar. *Negociação, Arte de democracia*. Lisboa Editorial Bizâncio 2000. P146

<sup>15</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*, Barcelona. Piados Ibérica 1997 p.249

os responsáveis ajam com isenção e não haja perigo de partidarização e cientilismo, respeitando os princípios democráticos.

Para que um regime democrático seja incluyente e represente a vontade popular é necessário que se reveja o financiamento das campanhas eleitorais dos partidos políticos concorrentes às eleições precisam de financiamento, de muito dinheiro para cobrir as despesas com campanhas. Por vezes, estão obrigados a depender economicamente de determinados indivíduos e de determinadas empresas para financiar suas actividades. Tendo vencidas as eleições, essa dependência obriga lhes a estar atentos aos interesses desses financiadores, deixam de ter uma política incluyente e totalmente isenta, o que contraria o princípio republicano. Quais as medidas a tomar par evitar esse constrangimento? É possível não se depender dos detentores do poder económico? Desde há muito tempo foi a preocupação maior dos republicanos tradicionais propor limites à riqueza individual porque os economicamente poderosos conseguem ter uma voz desproporcional nos assuntos públicos, propõe separação do mundo do governo do mundo dos negócios. A libertação dos partidos do poder económico pode ser minimizada, mas não é fácil porque este faz parte da sociedade e proporciona vários benefícios aos partidos e aos governos.

A democracia só pode existir se for representativa e se a escolha dos governantes corresponder à defesa de interesses e de opiniões diferentes. Para que essa condição seja efectiva é necessária que os interesses sociais sejam representáveis e sejam priorizadas em relação a escolha política. Ela permite o auto controle, auto governo ou autonomia do povo porque os indivíduos é que governam a si mesmo e podem actuar de acordo com as suas crenças, desejos, que tem origem nos tempos remotos e em consonância com a lei vigente. Já dizia Espinosa que o Estado Democrático é o que mais se aproxima do estado de natureza porque nele os indivíduos conservam a sua potência sem se alienar e que é o regime que melhor assegura a igualdade. Nos Estados Democráticos ninguém transfere seu direito natural para um outro a ponto deste nunca mais precisar de o consultar; transfere-o sim, para a maioria da sociedade, de que ele próprio faz parte. Todos mantêm-se iguais tal como aconteceu antes, no estado de natureza. Apenas na democracia a liberdade é plenamente assegurada e corresponde à integração do homem na «ordem da natureza» que só é possível através do uso livre da razão.<sup>16</sup> Quando e quais são as causas do surgimento do Estado caboverdiano? Pode-se considerar Cabo Verde como um Estado Democrático e Republicano? O

---

<sup>16</sup> FERREIRA, M<sup>a</sup> Luísa Ribeiro. *A dinâmica da razão na Filosofia de Espinosa*. Porto.Ed.C. Gulbenkian.sd. pp. 515/516

Estado cabo-verdiano, criado na sequência de acordo da Independência assinada em Dezembro de 1974 e é oficialmente criado no Boletim Oficial n.º 1 de 5 de Julho de 1975. A criação de um Estado Independente foi movida por um espírito revolucionário e republicano, defendendo a liberdade como não dominação, a igualdade, à justiça e o bem-estar para a toda a sociedade. Atingindo a primeira etapa que é a Independência, a preocupação maior foi as condições institucionais e legais para a implantação de um regime democrático conforme o acordo de princípio ora assinado. Primeiro seria criar um instrumento legal a «LOPE» que orienta a política do Estado nos três primeiros meses, até a elaboração da primeira constituição nacional como instrumento e princípio legal e orientador da postura do Estado, dos cidadãos e das instituições nacionais. Pode-se dizer que esse documento teve um cariz democrático? Claro que não, embora haviam artigos que diz que o país é democrático, mas o próprio conteúdo do documento contraria a si próprio principalmente nos art. 4, 8 e 20 que será abordado mais a frente. A primeira constituição só foi aprovada em 5 de Setembro do ano de 1980, quatro anos e nove meses além do prazo preestabelecido, constituição essa que apenas sobreviveu cinco anos e nove meses para sofrer a sua primeira alteração. Com Esse instrumento aprovado e revisto em alguns dos seus artigos, pode-se considerara que o povo das ilhas começa a sentir o advento da democracia, convivendo com a (liberdade, igualdade e justiça social)? Vejamos, «LOPE» tinha característica autoritária. Artigo 1º; a soberania do povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estritamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que é força política dirigente da nossa sociedade. No artigo 5º e 13º ficou estabelecido que compete à Assembleia Nacional popular eleger tanto o Presidente da República como o próprio primeiro-ministro por proposta do chefe de Estado. O próprio poder judiciário ficou dependente dos princípios do partido.<sup>17</sup> Não se nomeavam juízes por competência apenas, aqueles que forem nomeados não podiam agir apenas com base nos princípios jurídicos e da isenção. Assim, a liberdade individual e a essência da democracia fica comprometida. O Próprio artigo 4º elege o partido como força política dirigente da sociedade e do Estado. O Estado recém-criado, precisava encontrar cominhos para a prática de princípios republicanos. O referido Estado, foi confundido com o próprio partido de então, o PAIGC. Os governantes tinham falta de experiência e convivência democrática, sendo o regime mono partidário e autoritário, a assembleia funcionava como um mero acordo e registo das directrizes do

---

<sup>17</sup> ÉVORA, Roselma. *Cabo Verde, A Abertura política e a transição para e Democracia*. Praia. Spleen Edições. 2004. pp 69/70

partido. Sendo assim, o partido controlava os poderes executivos e legislativos e ficou constituído na sua totalidade por membros daquele partido e seria esse que elegia entre eles o próprio representante, chefe do governo para o Estado de Cabo Verde<sup>18</sup>.

O problema da Democracia Republicana cabo-verdiana foi e continua a ser o divórcio entre o discurso e a prática política, entre a teoria e a acção prática. A acção política esteve um pouco desajustada aos princípios Democráticos e republicanos devido a herança de um regime repressivo e influências dos regimes do leste Europeu: marxista, comunista, estes influenciavam na governação em Cabo Verde.

Em termos ideológicos, o PAICV foi um partido fortemente marcado e influenciado pela corrente marxista e tal influência não decorre por acaso. Apesar dessa influência, o partido não definiu claramente a sua ideologia. Dentro do PAIGC havia militantes do partido que se identificavam mais com as ideias de esquerda russa, outros com as de Cuba e outros com o partido comunista da china e outros ainda com a da RDA.<sup>19</sup> Contudo, pode-se constatar que o regime tinha como um dos objectivos, o n.º 5, instaurar um regime democrático, e o n.º 7 justiça e progresso para todos, embora em termos práticos isso não se verificava porque usava meios tradicionais do poder coercitivo e o partido controlava a máquina administrativa e a magistratura. O partido durante a vigência do uni partidarismo, teve o domínio total sobre todas as instituições do Estado; a nível económico e no plano social. Como o social esteve mesmo totalmente subordinado ao partido e ao Estado, entende *Roselma* que o Estado se transformou num instrumento negativo, pois em vez de agir para prever o bem-estar da maioria, assumiu um carácter paternal, clientilista e elitista onde só quem estava dentro da estrutura partidária se beneficiava. A administração burocrática em Cabo Verde assumiu uma feição politizada: só ascendia na carreira quem demonstrasse total fidelidade e apoio ao partido.<sup>20</sup> Havia mesmo um decreto-lei que obrigava o funcionário a fazer um juramento de fidelidade aos princípios do partido<sup>15</sup>. Pode-se concluir que havia na prática ausência total da existência de princípios Democráticos e Republicanos (ausência de liberdade como não dominação, de igualdade, de justiça social, participação democrática e de eleições livres para a escolha dos representantes do povo, e não existência da separação de poderes). Pode-se dizer que a maioria do povo cabo-verdiano não respirou nesses primeiros anos o ar da independência e da proclamada democracia. Devido ao medo de represálias, não havia

---

<sup>18</sup> Idem p 77

<sup>19</sup> Idem p 75

<sup>20</sup> Ibidem Idem p 75

participação popular, não havia possibilidade de se fazer reivindicação e nem havia liberdade de criação de organizações sindicais devido a existência de mecanismos eficazes de repressão. Essas são características próprias do partido único em África nos primeiros anos da independência.

No programa do governo de 1986-1990, o governo de partido único propôs como objectivo essencial do programa de governação e como elemento fundamental da natureza do Estado, o reforço da democracia revolucionária nacional, fortalecimento da democracia como condição essencial para o desenvolvimento do país, pelo capital de confiança da participação e de respeito mútuo que é preciso estabelecer entre os poderes instituídos e o povo. As instituições, segundo esse partido, eram representações da vontade popular que se pretende, facilitando e fomentando a participação popular no exercício e controlo do poder do Estado, incentivando o surgimento duma opinião pública consciente, informada e de uma organização popular cívica.<sup>21</sup> O artigo 2º da constituição de 1980 diz: a soberania reside no povo. O art.º 10º alíneas b) O estado de Cabo Verde promove o desenvolvimento e o fortalecimento do poder democrático. O art.º 22, que todos os cidadãos são iguais perante a lei gozando de mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres sem distinção de sexo, nível social, crença ou convicções filosóficas. Art.º 25, cidadão cabo-verdiano residente no estrangeiro gozam do cuidado e protecção do Estado. Art.º 31º Ninguém pode ser submetido a tortura nem apenas outros trabalhos cruéis, desumanos e por último, o art.º 43, a liberdade de expressão de pensamento, de reunião, de associação, de manifestação, assim como a liberdade de ter religião são garantidas nas condições previstas na lei. Pensamos que o governo continua a não descolar do princípio de intenções, porque em termos práticos não teve coragem nem vontade política de as implementar e algumas afirmações como: (fortalecimento da democracia, liberdade de expressão, igualdade, não tortura, é um paradoxo, porque o que acontecia na prática é totalmente o contrário.

Com o programa do primeiro governo constitucional da II. República houve avanços na fase inicial, mas houve mais intenções do que a acção. Não se criaram condições para se institucionalizar a democracia e pouco fez-se para a consolidação democrática. Segundo *Roselma Évora*, só através da transferência de voto pode se falar da possibilidade de iniciar o processo de consolidação. A democracia cabo-verdiana nasce marcada pelo desequilíbrio entre as forças políticas constituídas pelo governo e pela oposição. Ao nível do poder local, em todos os governos, as Câmaras Municipais que não se identificam com a cor política do

---

<sup>21</sup> Programa de Governo de 1985-90. Praia. Assembleia Nacional Popular. 1996. p 13

governo queixam-se de discriminação e as justificações apresentados na comunicação social por parte dos representantes dos governos nunca foram convincentes para a maioria. Quando as forças políticas estão na oposição, reclamam-se a situação de pobreza que é real, nas campanhas eleitorais prometem melhorar e chegados ao governo mudam de discurso e parece que esquecem. Há também acusações mútuas na posição de oposição e não só de falta de ética por parte dos partidos no governo apresentando alguns argumentos e exemplos a respeito. A acusação é justa? Parece que a prática governativa, tem levado a uma certa descrença na política e possivelmente a causa de um elevado número de abstenção registado nas eleições realizadas a partir do ano de 1995. A partir do sufrágio de 1991, pode-se dizer que houve uma constituição e um regime democrático, pelo facto de existir em termos práticos uma certa liberdade, separação e independência de poderes, eleição dos governantes através do voto popular secreto e universal, mas com imperfeições como é óbvio. Continuou o clientilismo, o autoritarismo e ausência de liberdade? Essas práticas reduziram em relação ao partido único, mas continuou no novo regime político saído da eleição de 1991, apesar da constituição dizer o contrário. Parece que há um contágio comportamental herdado desde o primeiro governo republicano em Cabo Verde e que ainda não está totalmente ultrapassado. Liberdade, justiça e igualdade foram promovidas por esse governo mas, pouco depois, estagnou-se e na comunicação social do Estado, em todos os governos deixou muito a desejar, é mesmo o calcanhar de Aquiles da democracia. Entende Roselma Évora que o governo continua com a prática clientilista usando o aparelho do Estado como agência de emprego e pouco esforço fez se para a despartidarização da administração pública. Já em 2001 houve a primeira transferência de voto, acarretando a alternância de poder; o MPD passou a oposição e ali criou-se condições para a consolidação democrática.<sup>22</sup> Nesse último governo, apesar de haver défice no que toca a promoção do direito à justiça, ao desrespeito da polícia para com os cidadãos, à segurança pública, ao trabalho que é pressuposto do direito à vida principalmente nos meios rurais, e continuação da prática da politização da administração pública. Deram passos importantes noutros domínios de governação como sejam: as relações internacionais, na melhoria de condições de vida embora de forma politizada.

Com a criação da lei n.º 85/VI/2005, B.O n.º 52 de 26 de /12 /2006 que define e regula a responsabilidade dos titulares de cargos políticos deram-se passos importantes em termos de virtude na governação em Cabo Verde. A partir daí a coisa pública passa a ser mais

---

<sup>22</sup> ÉVORA, Roselma. *Cabo Verde, A Abertura política e a transição para a Democracia*. Praia. Spleen Edições. 2004. p.122

respeitada, os titulares desses cargos passam a prestar melhor atenção ao objectivo do cargo e as funções para os quais foram eleitos e haverá melhor respeito pela Constituição e demais leis da República. Registam-se passos importantes no sentido de aperfeiçoamento da democracia republicana e do seu objectivo essencial que é a promoção social, promoção da igualdade entre os cidadãos, da liberdade como não dominação.

Aliás, o próprio Nicolau Maquiavel dizia: a república deve escolher, para governar qualquer dos seus cidadãos; e quando escolher um que não se mostre homem valoroso deve substituí-lo e quando o seja deve limitá-lo com leis de modo que não passe das fronteiras em que se deve manter.<sup>23</sup> Esse princípio constitucional defendido por Maquiavel, foi e teve continuidade no espírito dos demais governos democráticos e republicanos, como lei mãe e regulador das acções dos cidadãos, do Estado e da sociedade colectiva ou individual.

## 2- A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA REPUBLICANA

Como se pode depreender do sub-tema anterior, desde o início da república clássica, esteve em Roma a mistura das duas formas de governo (monarquia e aristocracia), embora umas surgidas livremente e outras dependentes do estrangeiro, (outros Estados). Os poderes estiveram concentrados nos três órgãos: Senado, Cônsules e Tribunos do Povo. Os dois primeiros, tentam guardar ao máximo a autoridade que detinham para manter a sua posição que ocupavam no estado. Daí surgiu a terceira força que são os Tribunos do povo, instituição que veio a enfraquecer a república. Do equilíbrio dos três poderes nasceu a república perfeita. Para isso tornou-se necessário estabelecer normas de Estado e promulgar leis de modo a assegurar a tranquilidade de todos, partindo de princípio que todos os homens são maus, disposto a agir com perversidade sempre que haja ocasião e só fazem bem quando necessário.

A lei torna-se indispensável para se tornar os homens bons e proteger a liberdade de todos os cidadãos.

Para Maquiavel uma excelente disciplina é consequência necessária das leis apropriadas e onde estas reinam, a sorte por sua vez não tarda a brilhar.<sup>24</sup> A lei disciplina não só a acção do povo (esclarecendo e limitando) as suas acções, promove a cidadania (os direitos e

<sup>23</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Lisboa. Guimarães Editora. 2003. p 62

<sup>24</sup> MACHIAVEL, Nicolò. *Comentário sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília. Ed. UNB. 3ª Edição. 1994. p 30

deveres), também disciplina os responsáveis políticos e as instituições políticas, públicas e privadas.

Ela é um símbolo de poder e pode ser examinado numa perspectiva tridimensional: a da forma, a da sede do poder e a da ideologia. A forma sendo a mais antiga, atende a definição normativa do regime, a unidade do Estado do qual resulta o ordenamento jurídico do Estado. O regime pode por sua vez ser a escolha adoptada pela própria comunidade política. A escolha pode ser vista como ordem jurídica.

A constituição política é um documento formal, normativo que consubstancia as normas e é o resultado duma interpretação jurídica actualizada das situações sociais, contudo, contém um carácter preventivo, coercivo e universal. E é na constituição formal que se toma como ponto de referência em toda a conduta aparente do poder; ela pode coincidir ou não com a constituição real a que obedece a estrutura e funcionamento do aparelho do poder nas suas relações com a sociedade civil. Como instrumento normativo, tem a função de facilitar os relacionamentos internacionais e contribui para a consolidação da obediência interna e para a eficácia do poder.

A ideia de constituição aparece como sendo causa formal do Estado, no sentido aristotélico independentemente de conotações valorativas e o homem que primeiro fundou o estado é o maior dos benfeitores<sup>25</sup>. Com a constituição o direito objectivo do Estado deve ter o consentimento do povo, (sociedade civil) através do acto popular expresso quer resulte de um processo costumeiro ou intervenção de poucos em representação social e isso implica a sua participação directa ou indirecta na feitura das leis, da constituição formal.

O constitucionalismo corresponde ao Estado de Direito, aparece mesmo como um movimento, como um processo, uma tendência a um tempo doutrinário e constitucional. É um tipo, um modelo, uma estrutura a que o Estado moderno chegou. Ele surge desde a antiguidade, em Roma, mas como constitucionalismo moderno surge com *R. VON MOHL*, que em 1832 publicou o primeiro volume inicial da sua OBRA “*Die Polizei Wissenschaft*.”<sup>26</sup> Entende que o Estado de direito é aquele que limita e fundamenta a acção estatal que encontra na ordem jurídica – a constituição.

Constituição política é aquela que defende a sociedade civil do governo pelos homens em favor do governo pelas leis. Nenhum acto legislativo deve ser válido se for contrário à

---

<sup>25</sup> MOREIRA, Adriano *Ciência política*. Coimbra. 7ª Edição Ed. Almedina.2003. p 133

<sup>26</sup> SALDANHA, Nelson. *O Estado Moderno e o Constitucionalismo*. São Paulo. 1976. p 40



constituição. Moreira defende a ideia de uma lei constitucional acima das leis ordinárias, que organiza os órgãos do Estado segundo o princípio da divisão do poder, que edita a constituição, e de uma sede delegada do poder, que a executa.

Para o constitucionalista cabo-verdiano *Aristides Lima*, constituição é um conjunto de princípios, normas e valores ao serviço da liberdade das pessoas e da boa e justa ordenação do Estado. Também organiza o Estado, Define competências dos seus órgãos e o sistema de governo. Ela é sobretudo a prática constitucional.<sup>27</sup> Para os republicanos tradicionais, os instrumentos constitucionais não devem ser manipulados por parte daqueles que detêm o poder, mas sim devem ser escrupulosamente respeitados, visto como um elemento universal e regulador das disputas e das demais acções dos cidadãos. Sendo um dos princípios republicanos a defesa da virtude que não é nada mais que o espírito cívico, supremacia do bem público sobre os interesses particulares. Esse governo só é possível nas cidades não corrompidas, estáveis e afortunadas.

O regime republicano não sugere portanto, que sempre que uma acção do governo ou das instituições do Estado sejam legais têm que ser para o bem individual. O que importa é o respeito pelo império da lei. Para isso é necessário que haja instituições independentes que analisem e prevêem o incumprimento da lei em tempo útil como forma de dissuadir outros atropelos e estimular o grau de cumprimento e de democratização.

O império da lei implica um regime em que os agentes do Estado estão permanentemente solicitados a actuar de acordo com as leis.<sup>28</sup> Esse Império é o condutor da acção do governo e os poderes ali reconhecidos tem que estar dispersos entre os diversos indivíduos. É um Estado em que os seus cidadãos sentem a liberdade individual e colectiva, promotor da cidadania e da participação popular que é o princípio e fim de todos os Estados Democráticos e Republicanos. Nas suas formas e tradições, implica princípios de imparcialidade e universalidade que, por força, deve ser extensivo a todos.

O republicanismo cívico é um regime político que visa a promoção da liberdade como não dominação, a cidadania, a participação popular na vida política. Todos estes princípios estão consagrados nas constituições democráticas, que estipulam ainda a dispersão, separação de poderes do Estado, bem como a divisão de funções e limites de mandatos dos cargos políticos. O império da lei não só regula a acção dos cidadãos, penalizando os infractores,

---

<sup>27</sup> LIMA, Aristides Raimundo. *Constituição Democracia e Direitos Humanos* discurso de Representação e outros textos. S. Paulo. 2002 pp. 113/115

<sup>28</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*, Barcelona. Piados Ibérica 1997 p 231

também responsabiliza e penaliza os responsáveis políticos pelo incumprimento da lei, abuso de poder e pelo mau uso da coisa pública, como é o caso de Cabo Verde. As leis devem ser susceptíveis a emendas e adequá-las às exigências e a evolução da sociedade. Em que circunstâncias se deve efectuar uma revisão constitucional? Essa possibilidade de emenda constitucional é feita no parlamento cuja aprovação exige um maior consenso possível dos deputados eleitos, isto é número de votos igual ou superior a dois terços dos votantes. Ela é feita quando a existente não dá respostas as novas exigências sócio-políticas e quando se quer se pretende por cobro ou prevenir determinados aspectos relativos a vida e a acções político - social. Como nem sempre a lei da maioria significa uma lei melhor, os Estados republicanos contemporâneos têm criado instituições que analisam a legalidade das leis aprovadas quando solicitados como forma de impedir a legalização da ilegalidade, dar apoio e protecção legal contra a maioria, principalmente quando se trata de leis básicas e importantes. Tudo isso visa a promoção da liberdade como não dominação. A primeira e mais importante das razões de que uma república necessita é que as suas leis estejam entrosadas numa rede de normas cívicas e que as pessoas desfrutem de maior grau de não dominação num regime em que haja normas que sustentam as leis republicanas.<sup>29</sup> Para que algo seja visto como uma norma, ela deve ser uma conduta observada e aprovada pela generalidade da população. Essas normas devem respeitar o seguinte princípio: Ser uma conduta social; ser aprovada por quem faz e desaprovada por quem não faz; que este hábito de aprovação contribua para que seja mais provável e mais segura a conduta social. A constituição republicana é uma constituição fundada segundo princípios da liberdade dos membros de uma sociedade; em conformidade com os princípios da dependência de todos, em relação a uma única legislação comum e segundo a lei da igualdade dos mesmos enquanto cidadãos, e é o que deriva da ideia do contrato originário, em que se deve fundar a legislação jurídica de um povo.<sup>30</sup> Cabo Verde, com a Independência Nacional a 5 de Julho de 1975 através da lei n.º 1 /1975 aprovada na sequência da reunião da 1ª sessão da Assembleia Nacional Popular, foi proclamado como República livre, democrática e independente. Só por isso pode-se considerar que nessa altura, cabo Verde já é uma república, livre e democrática? República sim porque ela acontece naturalmente. Mas livre e democrático ainda não era porque conviver em liberdade e na democracia é um processo que leva seu tempo, exige uma cultura, uma educação e ter

---

<sup>29</sup> Idem p. 319

<sup>30</sup> KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Lisboa. Edição 70. 1995.p 128

instrumentos legais próprios (uma Constituição) que consagram deveres, direitos e liberdades aos cidadãos, que ainda faltava ao país. Com a aprovação da primeira constituição de 1980 deu-se um passo importante em termos técnicos, embora a prática continua vinculada a prática do regime repressivo colonial. A primeira constituição não trouxe grandes novidades em termos práticos para o povo das ilhas. As formalidades são mais para responder as exigências internacionais, não comprometendo a imagem e a economia do país junto dos países doadores, sendo Cabo Verde um país recém independente, dependia economicamente da ajuda externa.

A liberdade de reunião e de manifestação foi proibida durante mais uma década, isto é até o ano de 1990<sup>31</sup>. Porque é que o regime da 1ª república foi repressivo e antidemocrático? O regime não podia ser melhor porque para além de ser mono partidário, constituído por pessoas vindas da luta armada, ligadas à ideologia socialista, leninista e marxista, a própria Constituição de 1980, descreve-a nos seus traços essenciais, filiava-se nas concepções próprias da Constituição de inspiração soviética. Segundo *Roselma Évora*, Tanto *Onésimo Silveira* como *Humberto Cardoso*, defendem que, apesar da constituição reconhecer a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, de garantir o direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, na prática, o regime agia atropelando esses direitos, utilizando-se de práticas autoritárias como repressão, pressões ilegais, perseguições políticas e tortura para ameaçar quaisquer tentativas de oposição. Por isso criou-se uma polícia política que impedia o surgimento da oposição ao partido. Para que uma governação seja democrática não é só ter uma constituição que salvguarde os princípios democráticos e republicanos, é preciso reunir uma condição indispensável que é a prática constitucional. O constitucionalismo político republicano é a prática política, respeito pela constituição. Com a transição política de 1991, teve lugar importantes transformações institucionais e políticas que mudaram profundamente as regras basilares do funcionamento do nosso parlamento. Com essa mudança começa a haver oposição e participação política dos cidadãos. O parlamento cabo-verdiano aprovou uma nova constituição em 1992, primeira democrática do país, que institucionaliza um Estado de direito democrático, que reconhece e põe em prática certos direitos fundamentais e sociais. Contudo, a maioria dos elementos do governo da segunda república não conseguiram-se desprender totalmente dos comportamentos e ideais dos ex-governantes. Por outro lado, apesar de adoptarem o país duma das mais modernas

---

<sup>31</sup> SILVA, Mário Ramos Pereira. *O Regime dos Direitos Sociais na Constituição cabo-verdiana de 1992*. Coimbra.2004. p 76

constituições e melhorar a postura prática em relação ao partido único, apoiaram-se na sua maioria parlamentar para aprovar as suas propostas de lei e para recusar algumas vezes as da força política adversária, bem como de clientilismo. Por isso, a acção prática governativa ficou à quem das possibilidades desse governo.

Houve mudanças em termos de prática governativa no que diz respeito à intervenção do Estado na economia que passou a ter autonomia e independência em relação ao Estado, isto é liberalizou-se a economia. Passou a haver uma separação clara entre o Estado e o partido e com acompanhamento e fiscalização das actividades do governo pelo parlamento. Cabe ainda ao parlamento a função de representação, legislativa, electiva e de criação. O presente texto constitucional consagra um Estado de Direito Democrático com um vasto catálogo de direitos, liberdades e garantia dos cidadãos, a concepção da dignidade da pessoa humana como valor absoluto e sobrepondo-se ao próprio Estado, um sistema de governo de equilíbrio de poderes entre os diversos órgãos de soberanias.<sup>32</sup> Passou a haver debates periódicos sobre o Estado da nação abrangendo todas as áreas administrativas e políticas de âmbito nacional, chamando atenção tanto ao plano do governo, promessas eleitorais como o cumprimento da constituição.

No que diz respeito aos deveres dos eleitos para com os eleitores precisa ser muito melhorado. Basta ver que estes aparecem na maioria das vezes na altura das campanhas eleitorais e depois disso muito raramente chegam perto dos seus eleitores para se inteirarem dos seus problemas, preocupações e representá-los dignamente.

A actual versão constitucional é muito mais categórica no reconhecimento dos direitos sociais aos cidadãos, independentemente dos recursos existentes. Sendo ambiente político diferente do regime anterior torna-se mais propícia implementar as ideias republicanas existentes na nossa constituição.<sup>33</sup> A última constituição da república cabo-verdiana na parte I, Art.º 1º consagra que o nosso país se assenta na vontade popular e tem como objectivo fundamental a realização da democracia económica, social política e cultural de uma sociedade livre, justa e solidária, o respeito pela dignidade da pessoa humana, reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos direitos do homem e a igualdade de todos os cidadãos perante a lei sem qualquer tipo de distinção. Com a consagração desses princípios legais e progressivo aumento do grau da perfeição em termos de acção prática governativa, aliada a

---

<sup>32</sup> CUSTÓDIO, Giordano; Magalhães José. *Eficácia e transparência do parlamento na era Digital*. Praia.2005. p.6

<sup>33</sup> SILVA, Mário Ramos Pereira. *O Regime dos Direitos Sociais na Constituição cabo-verdiana de 1992* p 111

separação e independência de poderes, dos órgãos de soberania a bem da comunidade, contribuindo para a melhoria da imagem externa do país junto das organizações internacionais.

Essas melhorias na Constituição da República vêm desde 1975 até o ano de 2002, ano da publicação da última constituição, bem como as últimas leis aprovadas. São progressos significativos em direcção ao aperfeiçoamento do republicanismo cívico cabo-verdiano. Os progressos verificados no país, em termos de postura dos responsáveis das instituições e dos cidadãos em geral, é o reflexo de um processo educativo de todo o povo cabo-verdiano.

### **3 - O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO E ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA**

Desde a existência dos primeiros seres humanos, a educação tem influenciado a postura do ser humano na luta pela sobrevivência, nas relações com os seus semelhantes desde a micro-sociedade (família) até aos meios mais abrangentes. Ela influencia os hábitos, costumes e na concepção e materialização das leis. Já na época clássica, Platão considerava que o fundamento das regras é que norteia a acção de um cidadão, por isso aposta na educação.

Nos Estados republicanos, a legislação dos programas educativos, a preparação de conteúdos televisivos são feitos tendo sempre presente a virtude cujo objectivo é formar bons cidadãos, bom magistrados, homens honestos em que o dever cívico e a acção moral (dever por dever) se transforma numa tradição cultural.

Para que tenhamos bons governante, antes de mais é preciso apostar na educação das pessoas e da sociedade no saber obedecer e ver o outro como um outro eu; antes de mandar ter na formação da sua consciência que o mal e a transgressão são coisas transgressoras e perturbadoras ao normal funcionamento da sociedade e que deve ser sempre evitado. É nesta sociedade de homens desejosos de alcançar a virtude que nascem boas legislações, propiciadoras duma excelente disciplina e causa da paz e estabilidade social. O que é uma sociedade estável? Será sinónimo de passividade? Estabilidade não significa absoluta passividade nem permanente submissão da sociedade em relação ao poder. É, antes de mais, a ausência de perturbação da ordem social, a segurança, a paz e boa convivência social.

Para *Skinner*, o objectivo fundamental de toda a educação consiste em fazer desenvolver a “virtus”. Diz *Niccolò Machiavelli*: «todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua

desunião, como prova o que aconteceu em Roma entre (Tarquínios e os Gracos), pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis e estas das desordens que quase todos condenam irreflectidamente».<sup>34</sup> Entende que a própria desordem pode ser vista como algo benéfico e favorável ao bem público, uma vez que dela e das contestações nascem novas leis e argumentos que favorecem à liberdade de todos.

Já *Aristóteles* defende que todas as nossas acções se dividem em acções necessárias, acções úteis ou honestas. Por isso, um legislador deve ter tudo isto diante dos olhos quando escreve as leis; seguir a distinção das partes da alma e dos seus actos; fixar dum modo especial o olhar no que há de melhor e no fim que se quer propor. É neste plano que se deve dirigir a educação das crianças e a disciplina de todos que dele têm necessidade<sup>35</sup>. A educação pela importância que tem na formação da personalidade, dos bons costumes e de bons cidadãos que serão responsáveis pela formação de boas leis, e de bons governos, deve conciliar o hábito e a razão, ser vista como um fim em si e não como um meio para alcançar determinados fins políticos ou satisfação de qualquer grupo de interesse. Contudo, segundo *Aristóteles*, nem toda a gente está de acordo sobre o seu objecto, sobre o que se deve ensinar para atingir a virtude, a paz e felicidade, se é pela formação da inteligência ou pela formação dos costumes.

A educação republicana deve ser orientada para o bem público, para a universalidade das virtudes e não para o que é útil e conveniente em determinadas situações. Para isso o legislador deve: gravar profundamente no espírito do seu povo que aquilo que é bom para cada um em particular é igualmente bom para o Estado<sup>36</sup>. Este deve apostar muito na educação das crianças nas suas diversas fases, pensando numa sociedade futura cada vez melhor, nos pais que lhes transmitem hábitos e costumes com as quais as crianças aprendem e também nos educadores profissionais que a fazem de forma colectiva. Ao responsável máximo pela área educativa, cabe a responsabilidade de disponibilizar programas que facilitem essa prática. Se a educação regula a forma de governo, tendo em conta os costumes que lhes são próprias, então as tradições republicanas são responsáveis pela formação da república.

A nossa Constituição, sendo republicana e promotora da democracia, consagra o direito à educação, que acaba por ter reflexos na consolidação e estabilidade democrática. O próprio currículo, também visa uma educação de qualidade, em termos técnicos e em termos físico-

---

<sup>34</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília Trad.de Sérgio Bath. Editorial Universidade de Brasília.1994p. 31

<sup>35</sup> ARISTÓTELES, *Tratado da política*. Sintra.1977. pp50/51

<sup>36</sup> Idem P. 52

morais. O art.º n.º 77 diz o seguinte: A educação, realiza através da escola, da família de outros agentes e deve a) ser integral e contribui para a promoção humana, moral e social, cultural e económica dos cidadãos; b) Promover os valores da democracia, espírito de tolerância, de solidariedade, de responsabilidade e de participação. 4 - a) A promover a educação cívica e o exercício da cidadania<sup>37</sup>. A Educação contribui fortemente para a formação da personalidade humana (individual e colectiva), para o reforço dos direitos, das liberdades, garantia e promoção da cidadania. Essa propicia desse modo a compreensão, a tolerância que é um factor decisivo para o entendimento e consequente, reforço democrático e estabilidade social. Ela é um factor do desenvolvimento e da liberdade.

---

<sup>37</sup> ALMEIDA, Geraldo de Cruz; Ramos, Solange Almeida. *Constituição da República de Cabo Verde*. Lisboa 2002.pp 69/70

## **CAP. II. – LIBERDADE REPUBLICANA**

### **1 - A LIBERDADE HUMANA**

A Liberdade é um ideal defendido e reivindicado pelos homens desde os tempos mais remotos da existência humana, é considerado como um estatuto individual de cada ser humano à nascença. O homem como o único capaz de auto determinação, de assumir como um ser que determina o próprio agir e único responsável pelos seus actos. Essa liberdade natural permite ao ser humano proteger-se contra os seus inimigos, proteger a vida e as suas propriedades. Ela esteve sempre ligada ao direito, à necessidade e à vontade do sujeito em praticar ou não uma determinada acção. Ela é uma dimensão antropológica, um bem muito precioso e é uma vocação de toda a espécie humana. Começa no interior de cada indivíduo permitir a realização pessoal, desenvolvimento num mundo de relações interpessoais e assenta na espontaneidade do agir.

Ela constitui um direito e ao mesmo tempo um dever. A Liberdade de cada um de nós termina onde começa a Liberdade dos outros; também no entender de Kant, o direito é um conjunto de condições pelas quais o arbítrio de um pode coexistir com o arbítrio dos demais, em estado de liberdade, e dizia: «o meu direito vai até onde começa o direito dos outros»<sup>1</sup>. O direito e liberdade para além de serem inseparáveis, no entender dos Republicanos, estão também sempre limitados por leis de forma a facilitar a interacção e a convivência medida e responsável de todos os cidadãos numa sociedade Democrática e Republicana. A responsabilidade pertence ao próprio estatuto da existência humana porque se sente, quer queira quer não, responsável pelo que faz, porque para fazer teve oportunidade de se escolher praticar ou não o acto. Contudo essa responsabilização exige que o sujeito que pratica o acto esteja em plena consciência de si e não esteja coagido para a prática do referido acto. Ela é uma acção ética e um ingrediente fundamental de toda a acção humana. A liberdade é um princípio fundamental e indispensável do direito nos estados de liberdade democrática, é também um valor que deve ser apreciado, salvaguardado e colocado de forma individual e colectiva sobre os demais valores. Assim os cidadãos devem respeitar os limites constitucionais da sua liberdade, e cabe ao Estado e aos detentores do poder respeitar a liberdade dos súbditos como um valor fundamental de todo o ser humano.

---

<sup>1</sup> FERNANDO, Anacleto de Magalhães. *Temas de filosofia e do Direito*. Braga. 1975 p 18



O objectivo do Estado republicano é promover a liberdade como não dominação, liberdade como um estatuto social e salvo de interferência arbitrária de outros.<sup>2</sup> Para os Republicanos, a dominação é uma relação comprometedora da liberdade individual ou colectiva. A liberdade é entendida ainda como capacidade de agir por si mesma de forma autónoma, independente, sem qualquer coacção externa, fora de qualquer determinismo. O que significa ser livre? O homem não é já livre a nascer? Ser livre é poder agir segundo as leis da sua própria essência e que não é determinado por mais nada, nem nele nem fora dele. Essa essência do homem é essencialmente o seu próprio agir. Um ser humano nasce livre, mas sendo um ser social e biológico, que tem a ver com as relações com a natureza e com outros homens e nela preexistirem normas e valores, terá que ser limitada pelas leis constitucionais. A necessidade e liberdade interpenetram-se como um ser único que, somente se for considerado em perspectivas diferentes, pode aparecer como uma coisa ou outra, mas que é em si mesma liberdade. O homem age por necessidade e a necessidade por sua vez exige uma determinada acção.

A liberdade é a chave da explicação da autonomia, do comportamento, da escolha e da alteridade. É uma faculdade indeterminada de escolher entre dois ou mais objectos contraditórios, sem nenhum fundamento predeterminado para a referida opção mas é uma decisão originária do ser humano no seu agir e no seu pensar. O ideal dessa liberdade visa o bem comum e identifica-se também com as sociedades modernas pluralistas. O pensamento político Republicano teve a sua origem em Roma clássica e está associado em particular a nome de Cícero no século IV, e ressurge no renascimento no pensamento de Nicolau Maquiavel<sup>3</sup>. Foi através dos seus discursos que ele desempenhou um importante papel no auto consciência dos cidadãos das Repúblicas Setentrionais italianas, as primeiras comunidades políticas europeias modernas. Quais são os outros pensadores defensores de ideias republicana de destaque nessa época? Quais são as principais temáticas defendidas por esses pensadores republicanos? Nicolau Maquiavel foi o primeiro, que mais destacou com as suas brilhantes ideias políticas republicanas, mas existem vários outros autores republicanos renascentistas tais como: Bento Espinosa, os da Commonwealth, teóricos norte-americanos (principalmente os fundadores da Revolução Americana) e os Republicanos do séc. XVIII e XIX tais como: Harrington, Rousseau, Montesquieu, Tocqueville, J. Stuart Mill, actualmente destacam-se nomes como: Skinner, Fink, Oldfield e o Pettit. Todos eles defenderam um

---

<sup>2</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*. Barcelona. Piados Ibérica 1997 p. 13

<sup>3</sup> Idem P 38

conjunto de valores ligados às virtudes cívicas como: (a justiça, a igualdade, o constitucionalismo, a liberdade como não dominação) contrariando, assim, a tirania dos reis. Os principais temas defendidos pelos republicanos foram: o direito constitucional, o respeito pelo direito das pessoas salvaguardadas pela lei na relação com os poderosos e a ética comportamental.

A liberdade humana abrange o domínio íntimo da consciência, exigindo liberdade de consciência no mais compreensivo sentido: liberdade de pensar e de sentir, liberdade absoluta de opinião e de sentimento sobre quaisquer assuntos, práticos, ou especulativos, científicos, morais ou teológicos.<sup>4</sup>

O Florentino, defensor da existência de uma comunidade livre, entende que as leis que governam a liberdade, as regras que regulamentam os movimentos e as vontades dos cidadãos devem ser decretados com o consentimento de todos os membros da comunidade ou corpo político directamente ou ainda por meio de seus representantes a quem delegam plenos e legítimos poderes de os representar através do voto popular nas assembleias parlamentares. Esse voto é denominado por Locke de contrato social ou pacto de consentimento e de acordo livre com a formação política. O referido contrato da sociedade faz prevalecer o princípio do direito dos homens à igual liberdade subjectiva (à justiça e à vida) e interliga-se com a soberania do povo. Esses direitos serão melhor protegidos sob o amparo das leis do Estado.

As leis são instrumentos de suporte que nos Estados democráticos e republicanos permitem e regulam a liberdade dos cidadãos, isto é, permite a todos a agir de forma livre, em conformidade e de forma responsável. *Price* considera que é opinião geral que sem lei não há liberdade em sentido próprio.<sup>5</sup> A liberdade e responsabilidade são vocações da espécie humana? É evidente. O ser humano é livre por excelência e sente-se quer queira quer não responsável pelo que faz e pelas suas consequências. Ela é constitutiva do acto humano. A lei surge sobretudo como um instrumento que regula e limita as relações entre o Estado e os cidadãos, estabelecendo limites na inter-relação entre os cidadãos, de forma a evitarem conflitos e a evasão inconsciente das propriedades e liberdades dos outros.

Já no reinado de Maquiavel, abordava-se a questão da legalidade e da igual liberdade com muita profundidade. Ele considera que, para nos considerarmos livres, devemos-nos submeter às leis que nós mesmos escolhemos como reguladoras das nossas acções e dos comportamentos humanos perante os outros na sua interacção quotidiana e serem

---

<sup>4</sup> MILL, John Stuart *Sobre a Liberdade*. São Paulo. Editora Vozes. 2ª Edição 1991 p. 56

<sup>5</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*. Barcelona. Piados Ibérica 1997 p. 63

responsabilizados pelos seus actos, proporcionando assim o bem comum e uma sociedade mais estável e mais disciplinada. A liberdade Republicana, apesar das leis que regulam e delimitam as nossas acções, não é apenas o necessário. Fala-se muito da legalidade ou não das leis, e a questão que se põe é: quais são os pré-requisitos para que uma lei tenha legalidade e contribua para a estabilidade e promoção democrática? Qualquer lei proporciona a liberdade republicana? A lei, para poder melhor servir aos cidadãos e ser um regulador do bem comum, deve depender da bondade de intenção do legislador na elaboração das suas leis, respeitando as normas e os bons costumes de uma sociedade. A sua aplicação deve obedecer princípios de imparcialidade e universalidade. O império da lei implica um regime em que os agentes do Estado estejam permanentemente chamados a actuar de acordo com a lei. Neste caso a lei permite certo grau de discrecionalidade dentro dos limites procedimentais, reduzindo a previsibilidade e conter a arbitrariedade.<sup>6</sup> Será que basta uma lei civil ter aprovação da maioria para ser considerada uma boa lei? Pode ou não ser; o certo é que apenas a maioria não é o suficiente. É importante a bondade das leis, isto é, ela não ser só a expressão de uma maioria representativa parlamentar dos regimes políticos democráticos porque esses regimes ditos democráticos podem criar leis que pouco servem aos interesses de seus representados, que não dão direitos nem liberdades aos cidadãos, fazendo passar na casa parlamentar uma lei através da votação para satisfazer interesses outros. Ela deve depender da intenção e do objectivo pelo qual foi criado. Os representantes do povo, ao darem o seu sim a uma proposta ou projecto de lei, devem decidi-lo tendo em conta a lei da razão e sobretudo concebê-lo como um fim e nunca como um meio para satisfazer determinados fins políticos, porque o bem comum em si mesmo, deve ser a razão mais nobre que deve pesar na consciência dos deputados das assembleias antes de decidir sobre um diploma legal.

Nos países Republicanos e Democráticos os cidadãos são igualmente livres e responsáveis. Sendo livres, dentro dos limites da lei, devem agir de acordo com a sua razão tendo no centro da sua preocupação o bem comum. Mas se não agirem moralmente, independentemente de outras influências exteriores, usando a razão e tendo como único objectivo servir, essa acção pode pôr em causa a liberdade de outrem. Com isso a liberdade deixa de ser uma liberdade responsável, a acção não é moralmente válida e a liberdade deixa de ter o carácter cívico. Sem a ideia de liberdade, sem a convicção de que somos livres, não faz sentido as ideias de responsabilidade pessoal, de mérito, de remorso e de punição. A responsabilidade pode ser entendida como expressão moral da personalidade consciente e

---

<sup>6</sup> Idem. p 231

livre de um indivíduo. Dizia Kant na sua 1ª máxima, «... Age segundo uma máxima tal que possa querer ao mesmo tempo que se torne lei universal»<sup>7</sup>. Devemos agir de forma que essa acção possa ser válida para todos em qualquer circunstâncias e não para servir interesses individuais e tão pouco para servir problemas de momento.

Para Rawls, a principal virtude das instituições sociais é a liberdade, e o Estado deve ser, antes de tudo, promotor de liberdade e procurar que a justiça impere em nome da maximização da liberdade individual. Por sua vez, Skinner defende: se pretendemos maximizar a liberdade individual devemos entregarmo-nos incondicionalmente a uma vida de serviço público, tendo em conta o bem comum, e inspiradas em benefício individual.<sup>8</sup> Para que haja liberdade em termos universais, é necessário que haja uma constituição que defende, que determina os limites e responsabilizam todos quanto violarem a respectiva lei. Embora legítimas não deixa de ser uma oferta das condições da liberdade como forma de moldar o comportamento humano e defende certos interesses a nível do poder.

Cabo Verde, sendo um país republicano e democrático, possui uma constituição que no seu capítulo I defende: os direitos, Liberdades e garantias individuais. No capítulo I artigo 28º diz: É inviolável o direito à liberdade; são garantidas a liberdade pessoal, de pensamento, expressão e formação de associação, de manifestação e as demais consagradas na constituição, nas leis e no Direito internacional geral ou convencional concebido na ordem jurídica interna.<sup>9</sup>

Contudo, apesar da liberdade ser a condição para a instauração de um Estado Republicano e Democrático, a solução não é encontrada à margem da democracia porque ambos podem ser considerados males dependentes e a existência de uma não implica necessariamente a existência da outra. A liberdade cívica é um conceito que só tem sentido se for limitado, responsável e a acção tiver um carácter social e for moralmente válida.

Esse comportamento tem a ver com a formação pessoal, familiar e religiosa. A formação da consciência religioso cristã tem muita influência na formação da personalidade de uma pessoa sensata, responsável e com um comportamento moralmente aceite. Esse bom cidadão em termos de comportamentos estando nos lugares de responsabilidade política, tem

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Luís Rui de Sousa. *Kant e Hegel – Da Crítica ao Apogeu da Razão*. Lisboa. 2ª Ed. 1996 p.104

<sup>8</sup> SKINNER, Quentin. *Acerca da la Justicia. el bien Común y la Prioridad de la Libertad*. La Política. Revista de Estudios sobre el Estado y la Sociedad. nº 1. 1996 P.141

<sup>9</sup> ALMEIDA, Geraldo de Cruz; Ramos, Solange Almeida. *Constituição da República de Cabo Verde*. Lisboa 2002 p. 49

possibilidades de tomar decisões mais sensatas, justas e de carácter comunitário, tem a cultura de não prejudicar o próximo e assim agradaria a maioria nas questões essenciais e haverá possibilidades de haver uma sociedade estável com menos interferências arbitrárias possível. A liberdade nos regimes democráticos pressupõe não só a liberdade de acção, mas também a de pensamento, de expressão e de participação na vida política nacional.

## 2 – LIBERDADE COMO IDEAL POLÍTICO

A liberdade como ideal político só se verifica nos regimes políticos democráticos cujas acções dos cidadãos são regidas por uma boa constituição. Essa constituição deve conter medidas para aumentar o valor dos direitos iguais de participação para todos os membros da sociedade. As leis emanadas dessa lei-mãe, devem influenciar e garantir oportunidade igual para todos na participação nas actividades políticas.

A constituição democrática é o garante da liberdade de expressão, de reunião, liberdade de consciência e de pensamento. A nossa constituição consagra esse tipo de liberdade ideal no Título II, capítulo I, artigo 47º, ao longo das sete alíneas e no artigo n.º52 que diz o seguinte: 1) os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares aberto ao público, sem necessidade de qualquer autorização, 2) todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação. No entanto, grande problema é aplicação dos referidos direitos constitucionais fundamentais.

A liberdade política de um cidadão é a tranquilidade de espírito que todos tem por sua segurança, em relação ao poder político e sentir-se livre política e civicamente. A violação da liberdade com o sentido de independência e imunidade é defendido desde os primeiros tempos do regime republicano. Essa liberdade deve permitir que nenhum cidadão tema o outro cidadão. Assim, pode-se sentir livre politicamente quando exerce os seus deveres para com o Estado, para com os outros e para com o próprio país, de forma livre. Mas essa liberdade de acção exige também o direito de exigir, de expressar, de contestar, de pensar e de participar de forma positiva na constituição de um país melhor, como na tomada de decisões importantes em relação a sua vida, ao seu país, sem que haja qualquer tipo de coacção. Liberdade como não dominação, não a isenção de interferência intencional, sim a isenção de interferência intencional arbitrária.<sup>10</sup> A não dominação significa assegurar que os assuntos que nos afligem,

---

<sup>10</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*. Barcelona. Piados Ibérica 1997 p. 117

tenham um alcance universal e defendem que todos os seres humanos são iguais e que qualquer ideal político plausível deve ser um ideal para todos. Se a liberdade como não dominação exige reduzir capacidade de interferência arbitrária, a liberdade como não interferência, por sua vez exige minimizar as expectativas de interferência de pessoas em questão. A sua maximização é incompatível com o obrigar o trabalhador ou a mulher a viver na mais completa incerteza.<sup>11</sup> É certo que, para que uma sociedade seja livre, independentemente da sua forma de governo, deve-se respeitar os direitos, liberdades e garantias constitucionais.

A liberdade política só se encontra nos Estados modernos quando esse Estado é dotado de uma constituição que garante esse princípio e ele é respeitado na prática do dia a dia e não houver abuso do poder. Se os responsáveis políticos abusarem do poder, isso deixa claro que se ultrapassou os limites estipulados pela lei ou interferiu-se na esfera da liberdade do outro e assim deixa de haver a liberdade política. Por outro lado, para que haja liberdade política, o Estado deve proporcionar e garantir aos cidadãos a liberdade individual, deve existir uma boa constituição e uma independência clara entre os poderes (o legislativo, o executivo e o judicial). Tendo esses pressupostos criados, há assim condições para a participação dos indivíduos nos órgãos de soberania e tomada de decisões que é uma das mais elevadas formas do bem-estar das comunidades. A liberdade espiritual é também uma das condições essenciais para a existência da liberdade política. Se a cidadania se faz com cidadãos, a democracia faz-se com homens livres, com seres humanos de pleno direito e dever mas também com a liberdade de participar na vida política de forma livre sem qualquer tipo de pressão de quem quer que seja. Tanto *Pettit* como *Smith* consideram que ser tratado propriamente como pessoa, é ser tratado como uma voz que não pode ser preterida, sem razões independentes; é ser tomado como alguém digno de ser escutado.<sup>12</sup> A liberdade como não dominação é a condição essencial para a participação democrática. Só um cidadão livre pode formar uma sociedade livre para pensar, expressar, associar, criticar, reunir e participar na escolha de pessoas que dirigem os destinos de um povo e de uma nação num determinado espaço de tempo.

Para que haja liberdade de participação política é necessário que haja uma constituição que garante e um Estado que defende e promove este princípio. A liberdade é um dos princípios sem o qual não existe verdadeira democracia. Para que haja participação pública dos cidadãos na vida política terá que haver garantia de liberdade e motivações para tal. Terá que haver uma liberdade total e responsável, sem qualquer tipo de coação ou ameaça por parte

---

<sup>11</sup> Idem. P 119

<sup>12</sup> Idem. P 126

dos responsáveis políticos e apenas limitada pelas leis morais e constitucionais. É preciso que o Estado, os responsáveis políticos e os de serviços públicos despartidarizem e respeitem os direitos constitucionais para que cada cidadão possa ter liberdade de participar de forma livre na construção da democracia e na promoção duma sociedade com mais justiça social. Esse direito faz parte da nossa Constituição, (ver artigos: 54º; 55º; 56) etc. Participação política e democrática pode ser essencial para a república, apenas porque resulta necessariamente para promover o desfrute da liberdade como não dominação, não por seus atractivos intrínsecos, mas não é nem mais nem menos que um direito à participação democrática.<sup>13</sup> O que é preciso para que as pessoas se sintam motivados a ter esse tipo de comportamento?

A liberdade de participação democrática deve ser um esforço contínuo, não basta ter uma constituição, leis que teoricamente a defendem. É necessário que haja um trabalho educativo por parte dos órgãos de comunicação social e de outras instituições do Estado. Se o Estado naturalmente quer promover esse direito é preciso uma cultura e vontade política por parte do poder, e que o mesmo haja judicialmente e no tempo oportuno contra quantos violam esse direito, sob pena de se cair num ciclo vicioso de interferência arbitrária e de impunidade. Nos regimes políticos democráticos a Constituição é dotado de medidas e direitos iguais de participação para todos os membros da sociedade. Para a participação democrática, os cidadãos devem ser informar-se sobre questões políticas, avaliar e ponderar a sua participação de forma positiva para a construção duma sociedade boa para todos. Para isso, é preciso que se promova a igualdade e melhoria de condições de vida das pessoas para que não se tornem reféns da vontade dos patrões, partidos e do Estado no que diz respeito a sua participação na vida política.

Historicamente, um dos defeitos principais dos regimes constitucionais tem sido a incapacidade de assegurar o justo valor de liberdade política<sup>14</sup>. Os recursos públicos não foram aplicados na manutenção das instituições exigidas pelo justo valor da liberdade positiva. O que acontece por vezes é que o partido detentor do poder recorre ao aparelho coercivo do Estado e às leis, tornando-se desigual, assegura para si a posição de vantagem, cria mecanismos técnicos que silenciam a participação popular.

Por conseguinte, a racionalidade de dominação mede-se pela manutenção de um sistema técnico e metódico-científico que pode permitir converter-se em fundamento da sua

---

<sup>13</sup> Idem. P 25

<sup>14</sup> RAWLS, John. *Uma Teoria de Justiça*. Lisboa. 1ª Edição. Editorial Presenta. 1993 p.185

legitimidade. Diz Marcuse: à medida que aumenta a sua eficiência apologética, «racionalidade» neutraliza-se como instrumento de crítica e rebaixa-se o mero correctivo dentro do sistema; e a única coisa que assim se pode dizer é que, no melhor dos casos a sociedade está «mal programada».<sup>15</sup> A técnica limita grandemente o poder político expansivo. As tecnologias proporcionam igualmente grande racionalização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade «técnica» de ser autónomo, determina pessoalmente a sua vida e a falta de liberdade surge como sujeito ao aparelho técnico que implica a comodidade da vida e intensifica a produção do trabalhador. Apenas protege a legitimidade da dominação. A impotência face as técnicas e poderes dos poderosos tem sido um dos principais obstáculos à liberdade e a participação democrática. A nossa constituição estabelece direitos iguais de acesso à vida pública e adopta medidas necessárias para manter o justo valor dessa liberdade. Contudo, nas sociedades políticas contemporâneas, pode-se constatar dois tipos de liberdade: a liberdade positiva que depende do Estado e a liberdade negativa que é um princípio natural independente do próprio Estado

### 3 - LIBERDADE NEGATIVA E POSITIVA

A liberdade é ausência de interferência externa na escolha individual e na participação nas escolhas dos órgãos de soberania. É com a invocação da soberania popular, que surge a estrutura constitucional, e nela o conjunto de direitos fundamentais que caracterizam a liberdade negativa ou liberdades que definem os direitos do homem, com uma fronteira não bem delimitada dos direitos sociais.

Para *Isaiah Berlin*, liberdade negativa está na ausência de interferência, ausência de intervenção mais ou menos intencional que pode ser por meio de coerção física ou psicológica, sem capacidade de escolha e identificam com o ideal autenticamente moderno.<sup>16</sup> Essa liberdade da liberdade de acção não é passível de impedimento ou constrangimento. Para *Maquiavel* a essência do republicanismo clássico só condensa em certos princípios de preservação e maximização do conhecido ideal de liberdade «negativa» e só nos Estados

---

<sup>15</sup> HABERMAS, Jurgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa. Edição 70 1968 p.48

<sup>16</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*. Barcelona. Piados Ibérica 1997 p 36



livres são capazes de alcançar a grandeza tantos em termos de poder, como de riqueza<sup>17</sup> A liberdade positiva, por sua vez, requer que o indivíduo tome parte activa no controle e domínio de si próprio numa comunidade democraticamente auto governada. É uma esfera de liberdade inviolável que nem o próprio Estado deve interferir, (privada) a sua aplicabilidade é

directa. Mas quem me governa? O que sou livre de fazer? Isto significa que ela constitui um direito adquirido à nascença e é desnecessário ser regulamentado pelo Estado, e está consagrado nos artigos 17º; 52º e não só da nossa constituição. A liberdade de uma forma geral é um incremento da dignidade humana e está consagrado em várias alíneas da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, (artigos 1º; 2º; 6º; 8º; 13º) etc. e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigos 1º; 2º; 18º; 19º; e 20º) em que Cabo Verde é subscritor. Por isso para além de ter concebido isso na nossa Constituição tem o direito e o dever de cumpri-los. *Hobbes* concebeu este modo de liberdade mas viu que “propósitos humanos e actividades não harmonizam automaticamente um com o outro” de forma que liberdade não pode ser limitada, mas a área de acção livre de homens deve ser limitada através de leis. Essa liberdade não está isenta de responsabilidade. Deste modo, pode-se ver que ela não é incompatível com a autocracia ou com a ausência de um governo autónomo. A liberdade positiva caracteriza o direito a liberdade para a autodeterminação quando institucionalizada socialmente, seria numa consequência determinada devido a sua expressão na soberania parlamentar. A própria autodeterminação refere-se às colectividades, situa-se no plano da liberdade institucional e não decorre necessariamente da liberdade individual. A autodeterminação individual corresponde às liberdades civis e políticas em que se expressa a liberdade negativa. A liberdade é a condição para que a participação popular no poder político seja real e não uma farsa.

A liberdade positiva consiste ainda na capacidade de partilhar o poder de uma vontade pública determinada. Entende-se que tanto a dominação como a interferência são males, embora distintos. Não dominação e não interferência são bens para ambos os ideais. Contudo é possível ter interferência sem dominação e vice-versa. A respeito disso defende Pettit que é possível dominação sem interferência e interferência sem dominação (ser escravo de outro sem que haja interferência). Também pode-se sofrer interferência sem dominação. Uma pessoa ou instituição pode interferir cumprindo a promessa de promover os meus

---

<sup>17</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. II livro do seu discurso. In Skinner Quentin *Acerca de la justicia, el bien común y la prioridad. La Política. Revista de estudios sobre el Estado y la sociedad*, nº 1. 1996.p. 147

interesses. Quando a gente não está dominada, desfruta da ausência de interferência por parte de poderosos de forma arbitrária.

A tradição republicana é aquela que valoriza a liberdade positiva, a liberdade de participação democrática tendo como ponto de interesse o primeiro, evitar os males ligados a interferência. Pois, *Maquiavel*, um dos principais promotores da modernidade e arquitecto do pensamento republicano e do mundo moderno, considera que a ambição dos povos não vem do desejo de dominar, mas de não ser dominado.<sup>18</sup>

A escravatura ali referida caracteriza-se essencialmente pela dominação, não pela interferência real. Maquiavel considera que a submissão à tirania e a colonização são formas de escravatura, porque nesses regimes não há liberdade e há interferência arbitrária na vida dos cidadãos. O direito que atende os interesses e ideais gerais do povo, uma forma de interferência que não compromete a liberdade do povo é interferência não dominante.

A ideia de que as leis criam a liberdade do povo só tem sentido se a liberdade consiste na não dominação. Para isso, é preciso que as leis sejam boas e sirvam de protecção da liberdade como não dominação contra os que alegam o poder arbitrário. Dizia Locke que o fim do direito não é cancelar ou restringir, mas sim preservar e ampliar a liberdade.

As boas leis só são criadas por bons cidadãos que por sua vez formam bons governos que agem de acordo com o direito e com a lei moral. Aquele que vê o seu semelhante como um outro, igual a si mesmo, que vê o outro não como meio mas como fim em si. Esse sim poderá ser um governo justo (não infringe mas sim protege a liberdade, que é o amparo da virtude). A concepção negativa da liberdade é a que requer ausência de dominação e não necessariamente a presença de auto controle que nega ou defende ausência de interferência e requer segurança frente a interferência.<sup>19</sup> Sem a consagração, promoção e defesa desse direito torna-se impossível falarmos da existência da verdadeira democracia e da igualdade individual e social. A liberdade positiva aumenta a extensão da liberdade de um indivíduo. Faz parte do direito que é mais regulamentado na nossa constituição, podemos encontrá-lo no Título III em todos os seus artigos em matéria de direitos como noutros artigos como por exemplo no Título I artigo 21º; 27º;etc. A delimitação da liberdade por leis que impedem a interferência arbitrária e a guerra de todos contra todos é conhecida pela tradição republicana como liberdade como não dominação

---

<sup>18</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*. Barcelona. Piados Ibérica 1997 p 47

<sup>19</sup> Idem. p 76

## 4-A LIBERDADE COMO NÃO DOMINAÇÃO

A liberdade como não dominação é própria do sistema político republicano. Esse teve a sua origem na Roma clássica e está associado ao nome de Cícero<sup>20</sup>. Porque é que surgiu nessa época histórica? Surgiu porque nessa altura o regime monárquico por ter como objectivo o poder absoluto, que é o poder dominador da sociedade e cometiam muitas atrocidades no seio da sociedade. Então como primeiro passo contentou-se com a monarquia constitucional. Nesses regimes autoritários os detentores de poderes absoluto, do poder dominante pode interferir de maneira arbitrária e sem nenhuma impunidade. É nessa perspectiva que surgiram pensadores a posicionarem-se contra e a exigirem a constitucionalização dos direitos e deveres e a liberdade sem dominação arbitrária de um sobre o outro.

Nesse regime, considera-se que a constituição e as leis são fontes criadoras de liberdades do povo. Mas a essência da liberdade está na vivência livre da dependência e da mercê do arbítrio do outro, na não dominação por parte daqueles que detêm o poder.

Em qualquer sociedade, principalmente nas republicanas e democráticas, a existência da constituição e da lei é importante, mas por si só não é o suficiente para que tenhamos uma sociedade livre da interferência arbitrária, da dominação abusiva por parte daqueles que detêm o poder político, económico-social ou de outra natureza. A primeira e mais importante das razões de que uma república necessita é que suas leis estejam cruzadas numa rede de normas e que as pessoas desfrutem de maior grau de não dominação.<sup>21</sup> As leis servem de não dominação e prescrevem formas e objectivos republicanos adequados e introduzem um aparato potencialmente efectivo para a regulação dos funcionários da república.<sup>22</sup> É necessário ter boas leis para poder aliviar o povo da dominação e proteger do domínio dos que alegam o poder arbitrário. Boas leis dependem do espírito do legislador que consequentemente depende da formação técnica, cívico-moral e religiosa e da interacção do legislador com as necessidades do meio social. Ela deve ser universal e aplicada a todo, incluindo o legislador. Os Estados republicanos preocupam-se muito com as questões de propriedade económica, porque se entende que isso permite mitigar as perspectivas de dominação, aumenta a intensidade de não dominação de que as pessoas desfrutem. Para isso deve-se preocupar com o desemprego e da estabilidade do sistema financeiro.

---

<sup>20</sup> Idem. P 38

<sup>21</sup> Idem. P 319

<sup>22</sup> Idem. P 13

A liberdade humana pode sofrer interferências, externas sem se ter contudo, a dominação ou ainda ser vítima de dominação e interferências.

Quando uma lei atende os interesses e ideais gerais do povo, uma forma de interferência que não compromete a liberdade do povo é designada de interferência não dominante. Não é uma simples lei, mas segundo Montesquieu, trata-se de uma lei positiva (leis e instituições criadas pelos homens para reger as relações entre os homens). Contrariamente aos ideais republicanos, no século XVIII, *Thomas Hobbes* critica a ideia de que o direito pode ser criador da liberdade e é o primeiro a identificar e a defender a liberdade como ausência de interferência. Para ele só há liberdade quando o direito não se intromete.<sup>23</sup> Esse tipo de liberdade como não interferência, foi introduzido em Inglaterra por esse pensador para defender o Leviathan contra os republicanos nesse país, defendendo o país contra os colonos Norte-americano. Entende que a lei é uma forma de interferência e de redução de liberdade.

Mas para os políticos dos regimes republicanos, o maior interesse é a liberdade como não dominação.

Uma pessoa pode dominar a outra se e só se tem certo poder sobre esse outro e em particular um poder de interferência arbitrariamente fundado em determinadas escolhas que o outro pode realizar. Todas as condutas de interferência coerciva ou manipuladora, estão concebidas por quem interfere com o propósito de piorar a situação de escolha, modificando as escolhas disponíveis, alterando os benefícios esperados. O regime defende situação de não omissão de actos que em certas circunstâncias podem ser considerados como uma forma de interferência e exploração de necessidades urgentes de alguém, como forma de se reforçar a dominação própria. Representa ainda uma forma silenciosa e arbitrária de interferir na liberdade de outrem. Os defensores do republicanismo cívico condenam a interferência por entender que essa atitude é totalmente desencorajadora da moral. Por conseguinte, pode representar simplesmente como ofensa moral. Um acto de interferência pode ser procedimental (acto de escolha ou não), não atende os interesses ou opinião dos afectados e vai contra os interesses ou juízos das pessoas afectadas em virtude de controlo ou falta dele. Ela deixa de ser arbitrária quando se vê forçado a tomar em conta os interesses e as opiniões ou interpretações da pessoa afectada pela interferência. Mas será isso o que acontece no quotidiano nos sistemas políticos republicanos? Os regimes republicanos e democráticos são regidos por leis que dão oportunidades e liberdade aos possíveis infractores ou acusados de se defenderem nas instâncias próprias antes de serem condenados pelos actos praticados. Por

---

<sup>23</sup> Idem. P 57

outro lado, os afectados podem ver repostos os danos provocados por quem quer que seja desde que a vítima prove as autoridades próprias de que são vítimas injustas e serem reconhecidos esses direitos.

Nesse caso as instituições e os poderes do Estado é exercido de maneira a atender a justiça e o bem-estar público, do mundo e não das tendências de poder. Contudo, quando a justiça é morosa e estiver em jogo o interesse entre duas pessoas com poderes económicos e sociais, intelectuais, tecnológicos, autoridade política, prestígio social, posição ideológica muito diferenciados, por vezes o mais fraco dificilmente consegue assegurar a sua justiça porque o outro pode conseguir melhores advogados, conseguir testemunhas para depor a seu favor, conta com influência e capacidades de criar contradições no opositor e conseguir uma razão que à partida podia não estar do seu lado. Embora o acto de interferência do Estado deve seguir, responder os interesses dos factos de acordo com a interpretação e interesses compartilhados, ser justo, consonante com a lei que diz respeito ao caso em concreto. Isso porque, um agente dominante pode interferir de um modo mais ou menos arbitrário com mais ou menos facilidade e numa medida mais ou menos grave<sup>24</sup>. Mas, toda a interpretação que guie a acção do Estado através dos seus responsáveis deve estar aberta a críticas procedentes da sociedade civil e quando houver razões fortes, que lesam os interesses e direitos sociais, deve-se adoptar soluções correctivas e apropriadas até que haja um maior consenso possível. Para a avaliação, se há interferência e arbitrariedade ou não por parte do Estado, de pessoas singulares ou colectivas, existe o tribunal que é um órgão de soberania, autónomo e com atribuições próprias, para fiscalizar, avaliar e punir os actos considerados ilícitos, praticados quer pelos particulares quer pelo Estado.

É necessário que se crie uma cultura de direito igualitário de apoio às mulheres agredidas em relação aos maridos, dos patrões em relação aos subordinados, criar condições para o aceleramento dos processos de justiça, que não se deve dar atenção aos queixosos nos postos policiais pela posição social, apresentação física, pela influência ou não que um indivíduo tem em relação às instituições. A igualdade de tratamento a nível social e institucional é uma forma de se sentir livre e detentor de direito e acreditar na democracia e nas instituições estatais. É necessário que quem detenha o poder de dominação saiba gerir e ponderar esse poder de forma racional, não caindo na interferência arbitrária que é um atentado ao sistema Democrático e Republicano.

---

<sup>24</sup> Idem. p 87

A interferência não significa necessariamente dominação. Aliás, pode-se interferir na vida do outro sem contudo dominá-lo. Um funcionário ou autoridade pública que interfere na vida das pessoas, de modo que este seja obrigado a atender os interesses e interpretações da mesma, não desfruta de poder subjugante algum<sup>25</sup>. É isso que a tradição republicana defende, interferência e não dominação em presença de outras pessoas e promoção de liberdade “cívica”. Deve haver maior reciprocidade de poder que consiste em ser mais iguais os recursos do dominador e do dominado para que todos possam defender-se a si mesmo de qualquer interferência arbitrária e assim evitar a dominação de um sobre o outro.

A estratégia para conseguir tal dominação é de poder recíproco e da prevenção constitucional sobre possíveis casos, dissuadir e punir outros possíveis actos de interferência arbitrária ou de dominação. A não dominação como forma de poder é promovida pela prevenção constitucional como forma de se fazer uma distribuição mais igual dos recursos relevantes. Esse direito está consagrado na nossa constituição na parte II. -Direitos Fundamentais, Título I, artigo 23 – Princípios de Igualdade, com a seguinte redacção: todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condição social e económica ou convicções políticas ou ideológicas.<sup>26</sup>

Já Rawls considera que para assegurar o império da justiça, a primeira prioridade deve ser proteger a liberdade individual e similar para todos. A não dominação constitui uma espécie de segurança ou imunidade frente à interferência arbitrária, contudo não é mera ausência de interferência porque podemos interferir no sentido de repor a legalidade, ajudar alguém ou esclarecer algo. Como é que se pode desfrutar de direito a não dominação?

Desfrutar de não dominação, é estar em posição que nada tem poder de interferência arbitrária sobre mim, sendo esta a medida do meu poder e tem um significado inter subjectivo. A vinculação da liberdade como um ideal subjectivo, deve ser e ter um sentido de independência e imunidade. Portanto, pode-se dizer que uma pessoa não é livre quando a sua liberdade se vê comprometida pela dominação ou quando a sua liberdade está sujeita a determinados factores condicionantes<sup>27</sup>. A não dominação é uma forma de poder. Esse poder de liberdade deve ser papel dos representantes políticos e da sociedade civil, sendo certo que se trata de um bem capital de toda a sociedade. Esse é o fim legítimo dos Estados

---

<sup>25</sup> Idem. P 93

<sup>26</sup> Idem.p 87

<sup>27</sup> Idem.p107

republicanos, promover a liberdade. A liberdade como não dominação é a única vara para medir e julgar a constituição social e política de uma comunidade. Essa liberdade é um bem pessoal que todos tem razões para desejar, apreciar e promover. Deve ser também significativa, auto controle pessoal, autonomia e deve ser sempre facilitada pelos Estados.

Promovê-la é o mesmo que reduzir as capacidades que outros agentes podem ter para intervir em sua vida, estar independente de dominação. É um bem, instrumental e primário. As limitações impostas pelos regimes constitucionais serão melhor do que suportar as restrições impostas por uma guerra de todos contra todos (Leviathan de Hobbes). Não dominação determina que todos os seres humanos sejam iguais e que qualquer ideal político plausível deve ser um ideal para todos.

## CAP. III – O DIREITOS E DEVERES

### 1- À IGUALDADE

Não há e se houver serão poucas as dúvidas de que, ao longo das últimas décadas, o tema da igualdade se tornou uma questão central em termos políticos e ideológicos. Ela é um dos princípios básicos nos sistemas políticos republicanos e democráticos porque, não se pode falar de democracia nem da liberdade se não houver verdadeira igualdade. Daí que o professor de Harvard, *John Rawls*, no seu trabalho de filosofia política sustenta que uma ordem social justa e legítima apenas é na medida em que esteja empenhada na supressão da desigualdade social.<sup>6</sup> Para Aristóteles, a primeira democracia é a que tem a igualdade por fundamento, isto é os ricos e os pobres não têm privilégios políticos; tanto um como outro não são soberanos de um modo exclusivo, mas todos são exactamente na mesma proporção. Mas uma sociedade só é justa e legítima onde as desigualdades – de propriedade e de estatutos – são compreendidas pelos cidadãos como necessárias para o bem comum. Mas o que é que ele entende por melhor sociedade? Qual é a diferença entre o ideal e o legítimo? Ele considera que melhor sociedade era o que ele dizia ser um «regime misto», onde os princípios monárquicos, aristocráticos e democráticos se entrecruzavam de forma coerente. Rawls, defende que com a influência do cristianismo com suas promessas messiânicas e tentativa de salvaguardar a sua legitimidade, tornou mais difícil defender a preservação da diferença entre «melhor» e o «Legítimo». A igualdade é sobretudo base do direito, mas só para os iguais e não para todos. Ela é mais o grito dos mais fracos que pedem a igualdade e a justiça, enquanto que os mais fortes quase não se preocupam com isso. Embora em Jerusalém, Atenas, Roma e Inglaterra elisabetina, todos eles são crentes de que a desigualdade era necessária para que se atingisse um determinado ideal de perfeição humana tanto individual como colectivo. A igualdade como ideal surge já em Sólon (c.640 - c.560 A.C.) e ganha particular relevo na teoria dos pitagóricos<sup>2</sup>. Platão vê na igualdade o fundamento da democracia, e destacou a liberdade absoluta a que se aplica as mesmas oportunidades de acesso aos cargos e bens públicos.<sup>3</sup> Ele dava muita atenção a igualdade proporcional qualitativa, isto é tratava igual o igual e desigual o desigual. Porém, Aristóteles defende a desigualdade natural essencial dos homens, visto que

---

<sup>6</sup> KRISTOL, Irving. Neo-Conservadorismo. Lisboa. Quetzal Ed. 2003. p 74

<sup>2</sup> DE ALBUQUERQUE, Martins. *DA IGUALDADE* Introdução á Jurisprudência. Coimbra. Livraria Almeida Editora. 1993 p 11

<sup>3</sup> Idem.p12



são capazes de se determinarem por um fim racional e outros não. Daí que a escravatura seja uma instituição natural, pois o escravo corresponde ao não racionalmente livre de origem.<sup>4</sup> Já Cícero e Estóicos tentam superar isso e defendem que todos os homens são iguais; que a igualdade é a essência da justiça; que a igualdade obriga tratar igualmente, o igual e desigualmente o desigual; que é a base da democracia. Ela é um requisito essencial da lei e deve ser vista e defendida em termos materiais e em termos formais.

A defendida pelos republicanos é a não dominação que trás consigo a consciência de controlo da liberdade em relação aos detentores do poder. Para que haja igualdade na liberdade e igualdade de oportunidade. O Estado deve antes de mais criar condições para que isso aconteça, criando leis que propiciem, protejam e promovam tal direito em todas as camadas e espaços sociais.

Nos Estados de regimes políticos Republicanos e Democrático, o direito a igualdade é uma condição para a não dominação e para a própria democracia. Esse direito é protector da possibilidade da interferência arbitrária. Por outro lado, a desigualdade torna um indivíduo dependente, escravo do outro, leva a submissão e a dominação. É possível ser igual ou ser tratado como igual numa sociedade? É possível mas é também uma questão de educação e de cultura da massa social e política e do regime.

O direito à igualdade deverá passar por uma questão de educação e de consciencialização da possibilidade de se usufruir desse direito consagrado na nossa constituição. Numa sociedade Democrática e Republicana, o direito à igualdade justa (formal) é um direito de todos os cidadãos, mas ela é indissociável às normas gerais, para que o igual possa ser tratado igual e o desigual de forma desigual. A igualdade é um direito social, base da democracia, por isso não deixa de ser também um dever de reconhecer e respeitar o direito à igualdade do outro. Ela constitui característica ou qualidade de todo e qualquer direito, e não apenas dos direitos fundamentais.<sup>5</sup> A igualdade é sobretudo uma questão de cultura, e de coragem para se aceitar, interiorizar e lutar para esse direito que formalmente é reconhecido pelos Estados nos regimes Democráticos e Republicanos. Há falta de uma cultura de direito igualitário por exemplo do trabalhador em relação ao patrão, de uma mulher em relação aos maridos em certos casos, no atendimento nos serviços públicos. Em muitos países republicanos e também no nosso meio social ela é uma realidade. As pessoas por se sentirem desiguais na igualdade ignoram e desacreditam na possibilidade de usufruir da igualdade na desigualdade. Assim como outros direitos, o da igualdade abre possibilidades, mas também limita-as.

---

<sup>4</sup> Idem. p 15

<sup>5</sup> Idem. P 76

A educação, promoção e execução prática desse direito é uma das formas de fazer com que as pessoas acreditem e passem a exigí-lo para o seu próprio bem-estar. O poder de educação tem diminuído as desigualdades de estatuto e de oportunidades desde a Segunda Guerra Mundial, resultado de mais educação gratuita ou quase gratuita. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. A igualdade política tem como função diminuir as discriminações e é regulado pelas leis nacionais. Todo o avanço da educação escolar foi feito da luta por uma concepção democrática da sociedade que postula a igualdade de oportunidades ou mesmo igualdade de condições sociais. Ela constitui um dos princípios fundamentais de todos os cidadãos (função do Estado) e é o caminho para as luzes universais de maneira à se usufruir de igualdade e avançar em direcção ao mérito. Esse direito é um instrumento de luta para a democratização social e criar condições propícias para uma sociedade mais igual e menos injusta. Diz *Pettit*: «... a estratégia de poder recíproco consiste em ser mais iguais os recursos de dominador e dominado. Se todos podem defender-se efectivamente a si mesmos de qualquer interferência que outro pode praticar, então nada está dominado por nada; e a estratégia para se conseguir a mesma dominação é a estratégia de poder recíproco e de prevenção constitucional».<sup>6</sup> Se é um direito natural à nascença, em que os homens nascem de facto em igualdade, a sociedade os faz perdê-la e eles só voltam a tornar-se iguais por meio de leis que é um instrumento de bem-estar dos cidadãos. Por outro lado, se para *Rousseau* a igualdade vincula-se a um estágio primitivo de felicidade, que se há de recuperar pelo pacto social, por estar igualmente livres. Para *Hobbes*, ela liga-se a uma condição universal e odiosa. Isso porque os homens igualmente livres, prevenirão seu estado de insegurança pela iniciativa de agressão, igual no estado de natureza.

A nossa constituição consagra esse princípio no artigo 23º como um direito fundamental dizendo o seguinte: Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condição social e económicas ou condições políticas ou religiosas.<sup>7</sup> Esse princípio pode ser conjugado com o artigo 7º alínea e)<sup>8</sup> Esse direito faz parte de direitos sociais, deve ser promovida pelo Estado no sentido de corrigir as desigualdades. A questão é: será que na prática existe igualdade de oportunidade e de tratamento? Em termos práticos não é

---

<sup>6</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism Uma teoría sobre la libertad y el gobierno*. Barcelona. Editores Piados Ibérica S.A. 1997. p 96

<sup>7</sup> ALMEIDA, Geraldo de Cruz; Ramos, Solange Almeida. *Constituição da República de Cabo Verde*. Lisboa. 2002 P.48

<sup>8</sup> Idem. P 41

impossível, mas não é fácil sentirmos isso todos os dias porque todos os seres humanos, mesmo tendo consciência de determinados princípios, têm a tendência de categorizar os seus semelhantes para melhor se relacionar e se comunicar, é susceptível a influências externas e é um ser sentimental apesar de ser racional.

Realmente se não houver poder recíproco, não poderá haver a igualdade e pode imperar a dominação de um sobre o outro. Assim como outros direitos, o da igualdade, deve ser prevista constitucionalmente para poder dissuadir os que podem interferir e castigar os que assim merecem baseado na autoridade constitucional. Ela deve ser efectiva e não pôr em causa a própria democracia, e o regime republicano. A autoridade Estatal tem que privar as partes do poder de interferência arbitrária a favor da igualdade. O mesmo, deve adoptar medidas para diminuir o grau de desigualdade de recursos que se encontra na base do poder de um sobre o outro e constitui um dado importante relativamente ao direito à igualdade.

Apesar da República ideal estar desenhada para promover a liberdade como não dominação, isto não significa que as instituições do Estado estejam casualmente ao lado da não dominação e contribui para a realizar. Não significa que as instituições se relacionam à maneira de causa efeito.

A maximização da não dominação vem em apoio a uma distribuição mais igualitária dos recursos pelos regimes republicanos. O objectivo da maximização da liberdade é a promoção de uma não dominação igualmente intensa.<sup>9</sup> A intensidade dessa liberdade da parte débil está em função dos poderes reactivos, e a iniciativa anti-igualitária não pode se não se rebaixar. Isso demonstra que, partindo de uma situação desigual essa iniciativa dificilmente produz efeito no sentido igualitário. Portanto, um dos objectivos do ideal republicano da liberdade é a promoção da igualdade igualmente intensa. A preocupação maior do republicanismo é o igualitarismo estrutural. Isso porque a liberdade como não dominação de que desfruta uma pessoa numa sociedade está em função tanto do poder de outros, como do seu próprio poder. A liberdade como não dominação é um direito individual, social e é também um ideal e um bem comum na medida em que a sua realização exige que todos implicados em mútua interacção intencional. A igualdade como um bem social, a sua maximização exige uma melhor distribuição entre os componentes de um corpo político e da sociedade civil. Essa liberdade é um direito social, um bem significativo igualitário. O regime

---

<sup>9</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism Una teoría sobre la libertad y el gobierno*. Barcelona. Editores Paidós Ibérica S.A. 1997. p 152

Republicano e Democrático, de toda a filosofia política antropológica, e a mais defendida na maioria das sociedades a nível universal por ser a mais justa e traz maior igualdade.

### **3 – O DIREITO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

Estados de direito democráticos e republicanos pressupõem uma certa axiologia, fundada na liberdade, igualdade e dignidade do homem, bem como na ideia de justiça, e direito de participação do cidadão na vida política e social da comunidade.

Se as antigas estruturas sociais delimitavam bastante as iniciativas individuais, embora com gozo da solidez unânime daquilo que não é posto em causa, já Aristóteles, definiu a Polis como uma colectividade dos cidadãos que podem usufruir destes direitos, assegurando uma independência plena com a participação de cidadãos no governo. Foi também a esse pensador que se atribui a primeira tentativa de sistematização para o desenvolvimento de uma teoria da cidadania, indicando como elemento central a participação na comunidade política da qual dependia o desenvolvimento e a promoção do indivíduo.<sup>10</sup> Como é que se define a cidadania? Como surgiu a cidadania? Que estatuto tem a cidadania? Qual é a diferença essencial existente entre o conceito clássico de cidadania e o conceito de cidadania liberal? Esse tema foi proeminentemente entre os filósofos da república da Grécia e Roma antiga, isto é, ter surgido na idade antiga após a Roma ter conquistado a Grécia (séc. V d.C.) e se expandindo por todo o resto da Europa de forma limitada (crianças, mulheres, escravos e estrangeiros não eram considerados cidadãos). Na Idade Média a ideia de cidadania desapareceu do pensamento dos feudos. Após esse período histórico, com o fim das invasões Bárbaras, houve uma decomposição dos feudos, formando cidades e depois Estados nacionais.

A ideia de cidadania reavivou-se com o renascer do republicanismo no Renascimento. Ela não é incompatível com a democracia moderna. Aliás, a própria saúde de uma democracia depende não apenas das estruturas das suas instituições (elas desmoronar-se-ão se os cidadãos carecerem de certas virtudes tais como espírito cívico e boa vontade mútuos), mas também das qualidades dos seus cidadãos. As democracias sofrem se os cidadãos forem apáticos, tiverem o espírito de intolerância, se houver fugas significativas ao dever de pagar impostos ou ainda das políticas ambientais que dependem da cooperação voluntária dos cidadãos. Uma das condições para que tenhamos uma sólida democracia é que os governados queiram

---

<sup>10</sup> NOBREGA, Luísa; Pascal, Carlos. Agora.Porto.1ªEd. 2003

escolher os seus governantes, queiram participar de forma responsável na vida democrática, sentindo-se cidadãos, como membros plenos de uma comunidade política particular, exercendo a sua cidadania. Segundo T.Marshall, a época por excelência da cidadania “privada” consubstancia-se na liberdade de expressão, pensamento e religião e nas demais liberdades pessoal e individual (liberdade pessoal e de iniciativa).<sup>11</sup> Quando é que surgiu a dimensão política da cidadania? Ela surgiu no século XIX com a introdução do direito a voto popular. Cidadania tem evoluído com a evolução do pensamento político e filosófico ao longo dos tempos. O conceito clássico da cidadania existe para os cidadãos apenas em deveres e não em direitos. Mas a concepção ocidental que é sócio liberal, assenta na ideia de que existem direitos e deveres para os cidadãos em votar, liberdade de expressão, benefícios sociais, pagar impostos, servir as forças armadas são vistas como um dever, uma forma de participação na vida pública do Estado. Também visa promover seus interesses próprios com limitações impostas pela lei. Cidadania não é uma identidade entre outras como o liberalismo ou outra dominante mas sim pode ser definida por um conjunto de direitos e deveres, o que pressupõe que tenha um estatuto igualitário e universal, isto é, todas as pessoas, a nível político e social. Ela é uma identidade, uma expressão da nossa pertença a uma comunidade política, uma identidade partilhada comum a diversos grupos na sociedade.

Nos Estados republicanos e democráticos, a igualdade é utilizada para manter a diferença entre os indivíduos, exercendo livremente seus direitos e desenvolver competências com mínimo de interferência do Estado e são tratados da mesma forma (justa), baseados no valor da tolerância e respeito mútuo entre os cidadãos. Kant entende que o desenvolvimento da sociedade humana depende do desenvolvimento da história da sociedade jurídica, sendo que o cidadão é aquele que utiliza as leis como uma forma de luta pelos seus próprios direitos. Para *Pettit*, cidadania é um estatuto que só pode existir nos regimes adequados de direito.<sup>12</sup> Ser cidadão implica certos direitos, obrigações e responsabilidades, mas estas variam imenso de país para país e de regime político para regime político. A escolha dos direitos da personalidade prende-se com o facto de eles constituírem o pressuposto básico do exercício de qualquer direito da cidadania porque antes de ser cidadão é se pessoa e os direitos das pessoas constituem, pois, a antecâmara de qualquer outros direitos.<sup>13</sup> Segundo C. Taylor, na tradição

---

<sup>11</sup> PINA, Casimiro de. Cidadania, justiça, Tribunais e o Projecto Social Global In: **Direito e Cidadania**. Nº8. 2000 p 99

<sup>12</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism, Una Teoría sobre la Libertad y el Gobierno*. Barcelona. Piados Ibérica 1997 p 57

<sup>13</sup> ALMEIDA, Geraldo. Subsídios em torno dos Direitos de Cidadania na Sociedade de Informação. In: **Direito e Cidadania**. Ano VI. Nº19. Janeiro a Abril de 2004 p 233

liberal iniciada por Locke o cidadão pode ser considerado passivo (privado) externo ao Estado, baseado no direito individualista e tratamento igual. De acordo com a concepção comunitarista oriunda da tradição de filósofos e políticos provenientes de Aristóteles, a cidadania é activa e pública e não mais passiva, e define-se pela integração na comunidade política, participação no governo como essência da liberdade como componente essencial da cidadania. Ela parte de baixo para cima (povo/Estado).

Qual deve ser a relação do indivíduo com outros e com o Estado? A cidadania deve assentar-se na convicção dos homens engrandecidos pela recusa do dogmatismo e pela abertura à crítica e ao diálogo com a sociedade e com o universo como veículo para a construção da cidadania, assente na liberdade como não dominação dos homens, dos interesses partilhados e na tolerância. Onde aprendemos esta virtude? O exercício da cidadania é um processo educativo e cultural e não deixa de ser político. Político porque cabe ao Estado criar condições constitucionais e institucionais que defendem e promovem essa prática por parte dos cidadãos e do próprio Estado em relação aos governados com políticas persuasoras e responsáveis em relação a liberdade do exercício dessa política. *Will Kymlicka*, argumenta que é nas organizações da sociedade civil – igrejas, famílias, sindicatos, associações éticas, grupos de ambientalistas, associações de bairro, grupos de apoio – que aprendemos as virtudes cívicas.<sup>14</sup> Contudo, há vozes discordantes dessa teoria e que admitem a possibilidade das escolas ensinarem o despotismo; as igrejas ensinarem a intolerância em relação a outras fés e grupos éticos ensinarem preconceitos contra outras raças. Pensamos que essas possibilidades existem, mas que são insignificantes no universo do todo e não põe em causa a teoria defendida por *Will Kymlicka*. O mesmo autor defende que o republicanismo cívico oferece uma abordagem à cidadania responsável e começa por defender (na pega de Aristóteles), o valor intrínseco da participação política que nas palavras de *Adrian Oldefield* é a mais alta forma de vida humana em comum a que a maior parte dos indivíduos podem inspirar.<sup>15</sup> A vida política, então superior aos prazeres meramente privados da família, da vida local e da profissão, devendo por isso ocupar o centro da vida das pessoas.

A valorização do conceito de cidadania propiciou a valorização das práticas sociais, levando a participação política a transcender o mero acto de valor. É necessário que cada indivíduo tenha consciência clara da cidadania para o pleno exercício dos seus direitos e deveres. Para isso, os governos devem promovê-la através dos meios de comunicação social, associações cívicas, grupos culturais e não só para o bem da saúde democrática. Devem ainda

<sup>14</sup> KIMLICKA, Will. *Contemporary Political Philosophy*. New York. Second. Edition. 2002. p 305

<sup>15</sup> Idem.p 294

promover a liberdade como não dominação apostando na melhoria das condições de vida das pessoas na comunidade para poderem exercer livremente a sua cidadania.

A educação para a cidadania varia de autor para autor ao longo da história, de acordo com circunstâncias históricas, políticas e culturais. Ela deve constituir um dos capítulos dos programas escolares em diversos níveis do ensino nas deferentes disciplinas. Ela é um campo teórico e prático onde se traduzem em acordos e desacordos, das nossas concepções de vida social e política, a definição dos direitos, liberdades e obrigações que é legítimo para nós e para os outros, nossas formas de pensamento em relação aos conflitos. Sua resolução abrange nossa concepção sobre a família, da escola e outras instituições sociais na busca duma socialização e na construção colectiva de competências.

Às abordagens mais restritas no campo da educação cívica defendem que:

- a) À medida que o exercício da cidadania se transforma num processo de inclusão social e as oportunidades de desenvolvimento práticas autónomas e responsáveis, a cooperação e a criatividade contribuem para que cada pessoa desperte o sentimento de mérito pessoal no confronto e na tolerância.
- b) Determinar as necessidades dos indivíduos em termos de saberes, competências e capacidades para se tornar mais apto ao serviço da sociedade.
- c) O processo de aprendizagem é mais importante que o ensino transmissivo de conteúdos atomizados.
- d) A cidadania deve contribuir para o desenvolvimento da compreensão intelectual e de capacidade de tomada de decisões e resolução de problemas as quais se desenvolvem através da prática e da experiência.

Apesar da ausência de uma constituição que salvaguarda o direito dos cidadãos na LOPE e a ausência do direito dos cidadãos, na 1ª constituição de 1980 o art. nº 42º e 43º consagra esses direitos embora a sua implementação prática era incipiente.

O direito à cidadania é consagrado na nossa constituição, Cap. II – direitos, liberdades, garantias de participação política e exercício da cidadania art. 54º 55º e 56º. Actualmente, apesar das imperfeições assim como outros regimes políticos democráticos e republicanos, agora ela está num nível muito aceitável reconhecido internacionalmente, embora precisa ainda ser melhorada com a colaboração de todos (Estado e sociedade civil) individual ou colectivamente.

## CONCLUSÃO

Apesar de vários avanços conseguidos a todos os níveis desde a antiguidade até a nossa herança, pode-se considerar que a nossa cultura, a cultura ocidental é ainda fundamentalmente Grega e romana. Foi ali que se inventou quase todos os conceitos básicos das teorias e práticas políticas, filosóficas, científicas e jurídicas.

Com o surgimento das repúblicas, o povo grego (ateniense) começou a sua convivência democrática, o povo romano e italiano (repúblicas italianas da baixa Idade Média) conviveram com o republicanismo por ter tido uma expressão mais absoluta (ser reformulada por *J. Milton* e outros republicanos). Mas a sua origem remonta o pensamento grego e romano. Mais tarde, por volta do séc. XVIII, essa corrente passou a ter pouca expressão e veio a ser substituído pelo liberalismo, cuja origem é francesa e inglesa (Locke e Rousseau).

Essas três tradições políticas são essenciais às democracias modernas, mas ao mesmo tempo se chocam quando se trata de responder à questões relativas aos direitos e deveres políticos, à participação política e ao carácter da cidadania e da sociedade civil. A teoria democrática defende que os indivíduos podem muito bem conciliar sua vida privada à questão da coisa pública como na Grécia de Péricles. Essa teoria busca tornar todos os cidadãos mais iguais perante a lei e perante o Estado. Já o republicanismo, procura tornar a lei e a ordem constitucional, instituições importantes perante os cidadãos e encarrega-se de buscar a constante responsabilização dos homens políticos na condução e na gestão política e administrativa do Estado. O republicanismo defende ainda que os homens devem sujeitar as leis e trabalhar em prol do bem comum, reafirmando a sua cidadania mesmo tendo que secundarizar seus interesses privados. O liberalismo por sua vez, defende as liberdades individuais e a propriedade no âmbito da esfera privada em que nenhum indivíduo se pode colocar acima das leis e onde todos têm o direito à participação nas decisões políticas.

Nos regimes políticos democráticos e republicanos, os Estados têm como principal objectivo a defesa e a promoção da liberdade como não dominação. A democracia republicana baseia-se nos princípios de igualdade e justiça social entre os cidadãos. Para isso aposta na promoção da prosperidade económica e bem-estar social dos cidadãos, evitando assim que os mais pobres se deixem manipular e dependentes dos detentores do poder que desta forma podem interferir arbitrariamente na sua liberdade, autonomia e consequentemente no exercício da sua cidadania e participação no processo do desenvolvimento político e social. A participação democrática, legitimidade e justiça social precisa ser de interesse da virtude



pública educativa para o bem do regime e da vida social. Essa educação faz com que os cidadãos saibam cumprir o seu dever de forma justa a bem do engrandecimento das instituições e promover a estabilidade democrática.

A boa convivência, saúde e estabilidade democrática depende da postura dos seus cidadãos que é consequência duma educação adequada e sistemática tanto da parte dos governantes (na elaboração de boas leis, cumprimento da constituição e defesa do bem comum de toda a comunidade como um dever em si mesmo) e por parte dos governados no exercício do cumprimento dos seus direitos e deveres cívicos bem como no respeito pela liberdade e direito dos outros. A liberdade, igualdade e justiça social são valores fundadores e fundamentais da democracia moderna, possuem uma dimensão universal consagrada no princípio da democracia moderna.

A liberdade republicana promove a participação democrática, negociação, o controlo das instituições públicas e das acções dos governantes através da representatividade parlamentar. Essa liberdade implica igual liberdade de expressão, de pensamento e de participação política dentro dos parâmetros estabelecidos pela lei. A liberdade, para além de ser um direito, é também um dever recíproco entre os cidadãos e na relação cidadão/Estado e ao mesmo tempo um princípio fundamental da condição humana como ser social. Numa democracia republicana é fundamental a igualdade de oportunidades e de direitos a justiça como equidade e não tolere uma desigual intensidade de não dominação. Esse princípio está consagrado nos artºs: nºs 48º; 156º; e 157º da nossa Constituição.

As virtudes e o direito só são conseguidos pelos povos numa sociedade livre mas quando essa liberdade é determinada por boas leis, leis que promovem a igualdade (individual, justiça social, cidadania e liberdade como não dominação político social). A promoção da liberdade é a condição para a promoção da democracia republicana porque além de permitir o agir de acordo com as leis civis e morais de forma autónoma sem qualquer tipo de pressão externa, permite ainda o uso responsável dos direitos e do exercício consciente dos deveres. Por outro lado, possibilita a dissuasão de acções arbitrárias, coercivas e irresponsáveis por parte dos responsáveis políticos, institucionais e da sociedade civil.

Para uma sã convivência democrática, a educação ocupa uma dimensão fundamental e indispensável para a participação popular nos espaços sócio políticos. A educação republicana é uma educação para a cidadania cívica (que diz respeito à definição de direitos, liberdade e obrigações dos cidadãos) e contribui para uma convivência democrática saudável. Educação para a cidadania traduz-se na modificação de mentalidades e contribui para a formação de cidadãos participativos e conscientes. Para isso é necessário ter em conta a diversidade

cultural da população, realidade política, económico-cultural e ambiental. Para T.H.Marshall, a consciência de cidadania é a única que permite estabelecer a unidade da sociedade, destruída pela distância e pelos conflitos entre as classes sociais.<sup>12</sup>

A governação cabo-verdiana, apesar das limitações tem progredido positivamente em direcção ao aperfeiçoamento dos princípios da democracia republicana e do republicanismo cívico. Os governos alternativos que estiveram a frente da governação do nosso país, nos últimos anos, dotaram-no de boas leis (defensoras dos princípios democráticos e republicanos). Contudo, precisa ter uma melhor performance em termos práticos. Acreditamos que a lei nº 85/VI/ 2005 venha colmatar a vertente da responsabilização dos responsáveis políticos na gestão da coisa pública e ser mais um passo para a promoção da nossa democracia e promotora do republicanismo em Cabo Verde.

---

<sup>12</sup> MARSHAL, T.H.Citizenship and Social Class. Cambridge. APUD.TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Lisboa. Ed. Instituto Piaget. 1992 p 391

## BIBLIOGRAFIA

- ✚ ALMEIDA, Geraldo da Cruz; Ramos Solange Lisboa. **Constituição da República de Cabo Verde**. Lisboa. 2002
- ✚ ALMEIDA, Geraldo. Cidadania, Justiça, Tribunais e o Projecto Social Global. In: **Direito e Cidadania**. Nº8. 2000
- ✚ ALVES, João Lopes; Rousseau; Hegel; Marx. **Percursos da Razão política**. Lisboa. 1983
- ✚ ANACLETO, de Magalhães Fernandes. **Temas de Filosofia e Direito**. Braga. Livraria Editora. 1975
- ✚ ARISTÓTELES. **Tratado da Política**. Mira – Cintra. Trad. Mira de Campos. 1977
- ✚ \_ \_ \_ \_ . **A Política**. S. Paulo. 2ª Ed. Trad. Roberto Leal Ferreira. 1998
- ✚ CORCUFF, Philippe. **Filosofia política**. Mira-Cintra. Editor.Tito Lyon de Castro. Ed. Europa – América. Mira – Sintra. 2003
- ✚ CUSTÓDIO, Giordano; Magalhães, José. **Eficácia e transparência do parlamento na Era Digital**. Contribuição para Uma Estratégia de Aproximação Entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e os Cidadãos. Praia. Ed. Assembleia Nacional de Cabo Verde. 2004
- ✚ DA SILVA, Gaspar. **Negociação Arte da Democracia**. Lisboa. Editorial Bizâncio. 2000
- ✚ DE ALBUQUERQUE, Martim. **Da Igualdade-Introdução à Jurisprudência**. Coimbra. Ed. Livraria Almedina. 2003
- ✚ ÉVORA, Roselma. **Cabo Verde A abertura política e a transição para a democracia**. Mindelo. Ed. Spleen. Editora gráfica do Mindelo C.V. 2004
- ✚ FAUSTINO, Manuel. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. Praia. 1998
- ✚ HABERMAS, Jiirgen. **Técnica e ciência como Ideologia**. Lisboa. Ed. 70. Trad. Artur Mourão 1993
- ✚ \_ \_ \_ \_ . **Direito e Democracia - Entre Facticidade e Validade**. Rio de Janeiro. Vol. Trad. Flávio Beno Siebeneichler – UGF. 1997
- ✚ KRISTOL, Irving. **Neo-Conservadorismo**. Lisboa. Quetzal Editora 2003
- ✚ KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua e outros opúsculos**. Lisboa. Ed. 70. 1995
- ✚ KREMER, Ângela Marietti. **A Moral**. Lisboa. Ed. 70. 1990

- ✚ KIMLICKA; Will. **Contemporary Political Philosophy**. New York. Second. Edition. 2002
- ✚ LARA, Antónia de Sousa. **Elementos de ciência política**. 4ª Ed. P.F. Editora Sintra – 1995
- ✚ LIMA, Aristides Raimundo. **Constituição, Democracia e Direitos Humanos** – Discurso de Representação e outros textos. S. Paulo. 2004
- ✚ LOCKE, Jean. **Dois Tratados sobre o Governo**. S. Paulo. 1ª Ed. Trad. Júlio Fischer. 1998
- ✚ MACHIAVELLI, Nicolò. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília. Editora Univ. 3ª Ed. 1994
- ✚ MACHIAVEL, Nicolas. **O príncipe**. Guimarães Ed. Lisboa. 11ª Ed. 2003
- ✚ MACHIAVELLI, Nicolau, **o príncipe**. S. Paulo. Atena Editora S. data
- ✚ MAGEE, Bryan. **História da Filosofia**. Londres. 1999
- ✚ MOREIRA, Adriano. **Ciência Política**. Coimbra. 7ª Reimpressão. 2003
- ✚ MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Metrópolis. Editora Vozes. 2ª Ed. Brasil. 1991
- ✚ MOREIRA, Adriano, *Ciência política*, Editor livraria Almeida, 7ª Ed. Coimbra -2003
- ✚ PETTIT, Philip. **Republicanism –Una teoría sobre la libertad y el gobierno**. Barcelona. Edicions paidos Ibérica S A. 1997
- ✚ PLATÃO. **A República**. Porto. 2ª Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2001
- ✚ PINA, Casimiro de. Subsídios em torno dos Direitos de Cidadania na Sociedade de Informação. In: **Direito e Cidadania**. Nº 19. Volume (289) p.2004.
- ✚ **Programa do governo.1986-1996**. Praia. Ed. Gabinete do 1º Ministro. 1986
- ✚ **Programa do Iº governo constitucional da II República**. A.N.P. Praia. 1991
- ✚ **Programa do governo para a VI Legislatura 2001-2005**. Praia. 2001
- ✚ RODRIGUES, Luís; Sousa de Rui. **Kant e Hegel** – Da Crítica ao Apogeu da Razão. Lisboa. Plátano Editora. 1º Vol. 1996
- ✚ RACHELS, James. **Elementos da Filosofia Moral**. Lisboa. 1ª Ed. 2004
- ✚ RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Lisboa. 1ª edição. Editorial presença. 1993
- ✚ ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. Mira-Sintra. 5ª Ed. Trad. Leandro Manuel Pereira Brum. 2003
- ✚ SILVA, Mário Ramos Pereira. **O Regime dos Direitos Sociais Na Constituição Cabo-Verdiana de 1992**. Coimbra. 2004
- ✚ SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. S. Paulo. 1996

- ✚ \_ \_ \_ \_ \_ . **Acerca de La Justiça, el Bien Común y la Prioridad de la Libertad, la política.** Revista de Estudios sobre el Estado y la Sociedad. nº 1 1996
- ✚ TOUCHARD, Jean. **História dos ideais políticos – do renascimento ao Iluminismo.** Lisboa. Vol II. Trad. Mário Braga 1991.
- ✚ TOURAINE, Alain. **O que é a Democracia?** Lisboa. Ed. Instituto Piaget. 1991
- ✚ \_ \_ \_ \_ \_ . **Crítica da Modernidade.** Lisboa. Ed. Instituto Piaget. 1992
- ✚ WEFFORT, C. Francisco; (coord.) Sadek, Maria Tereza; Ribeiro, Janine Renato. **Os Clássicos da Política** (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau e os Federalistas). S. Paulo. 1º Vol. Ed. Ática. 2000



**INSTITUTO SUPERIOR DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DE EDUCAÇÃO**

**JÚLIO ANTÓNIO RODRIGUES SILVA**

**TEMA  
REPUBLICANISMO CÍVICO NA GOVERNAÇÃO EM CABO VERDE**



**LICENCIATURA EM ENSINO DE FILOSOFIA**

**ISE, 2006**

